



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVIII – Nº 204 – DOMINGO, 7 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF**

---

<b>MESA</b>		
<p><b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p><b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p><b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
<b>LIDERANÇAS</b>		
<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)</b></p> <p><b>LÍDER</b> Tião Viana - PT</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT</p> <p><b>LÍDER - PL</b> Magno Malta</p> <p><b>VICE-LÍDER - PL</b> Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER – PSB - 3</b> Antonio Carlos Valadares</p> <p><b>VICE-LÍDER – PSB</b> Geraldo Mesquita Júnior</p> <p><b>Líder – PTB - 3</b> Fernando Bezerra</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB - 22</b></p> <p><b>LÍDER</b> Renan Calheiros</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11</b></p> <p><b>LÍDER</b> Efraim Morais - PFL</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL</p> <p><b>LÍDER – PFL</b> José Agripino</p> <p><b>Vice-Líderes – PFL</b> Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p><b>LIDER – PSDB</b> Arthur Virgílio</p> <p><b>Vice-Líderes – PSDB</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PDT – 5</b></p> <p><b>LÍDER</b> Jefferson Péres</p> <p><b>Vice-Líder</b> Almeida Lima</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 2</b></p> <p><b>LÍDER</b> Mozarildo Cavalcanti</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>LÍDER</b> Aloísio Mercadante – PT</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL</p>
<b>EXPEDIENTE</b>		
<p>Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p>Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Sérgio Castro <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 178ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE DEZEMBRO DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Avisos do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

Nº 399/2003, de 30 de novembro passado, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.088, de 2003, do Senador Demóstenes Torres. .... 40229

Nº 402/2003, de 30 de novembro passado, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.123, de 2003, do Senador Paulo Octávio..... 40229

Nº 403/2003, de 30 de novembro passado, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.129, de 2003, do Senador Antero Paes de Barros. .... 40229

Nº 404/2003, de 30 de novembro passado, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.130, de 2003, do Senador Antero Paes de Barros. .... 40229

#### 1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003 (nº 1.840/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a legislação tributária federal. .... 40229

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 (nº 3/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”. .... 40231

Projeto de Decreto Legislativo nº 947, de 2003 (nº 2.776/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Famílias Unidas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guanambi, Estado da Bahia. .... 40234

Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2003 (nº 2.799/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Belo Oriente para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais. .... 40236

#### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 947 e 948, de 2003, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, que apreciará as matérias em caráter terminativo. .... 40238

#### 1.2.4 – Pareceres

Nº 1.821, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 702, de 2003 (nº 500/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 23 de novembro de 2000. .... 40238

Nº 1.822, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2003 (nº 682/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, assinada em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002, que modifica o Protocolo de Las Leñas, promulgado no Brasil pelo Decreto Federal nº 2067, em 12 de novembro de 1996. .... 40239

#### 1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR *JOÃO RIBEIRO* – Defesa da Transposição das Águas do Rio Tocantins para o São Francisco..... 40240

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Questão fundiária no Estado de Roraima. .... 40244

SENADOR <i>AUGUSTO BOTELHO</i> – Defesa dos direitos humanos acima dos direitos tributários.....	40247
SENADOR <i>VALDIR RAUPP</i> – Considerações sobre a carga tributária brasileira. ....	40250
SENADOR <i>EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS</i> , como Líder – Redução da maioria penal.....	40251
SENADOR <i>EDISON LOBÃO</i> – Homenagem aos 40 anos da TV Difusora do Maranhão. ...	40253
SENADOR <i>EURÍPEDES CAMARGO</i> – Defesa de alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente. Manutenção da idade penal em 18 anos.....	40253
SENADORA <i>HELOÍSA HELENA</i> – Transposição das águas do Rio São Francisco. ....	40257
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Assoreamento do Rio São Francisco. Comentários sobre correspondência recebida da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí. ....	40262
SENADOR <i>EFRAIM MORAIS</i> – Comentários à matéria da jornalista Dora Krammer, intitulada “O Efeito da Demonstração”. Dificuldades financeiras enfrentadas pela Universidade Federal da Paraíba. Questão da morte do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel. ....	40265
SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Considerações acerca da Reforma Administrativa. Questões sobre a sonegação de impostos. Satisfação com os trabalhos nos finais de semana para que a PEC paralela tenha tramitação acelerada. ....	40271

<i>O SR. PRESIDENTE</i> (Paulo Paim) – Considerações sobre a realização de sessões do Senado Federal no sábado e domingo.....	40275
<b>1.2.6 – Comunicações da Presidência</b>	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2003-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional. ....	40276
Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão não deliberativa, amanhã, domingo, dia 7 do corrente, às 10 horas. ....	40276
<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b>	
<b>SENADO FEDERAL</b>	
<b>2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA</b>	
<b>3 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
<b>4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
<b>5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>	
<b>6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>	
<b>7 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ CONGRESSO NACIONAL</b>	
<b>8 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
<b>9 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	
<b>10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)</b>	
<b>11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	

## Ata da 178ª Sessão Não Deliberativa em 6 de dezembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney e Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Avisos do Sr. Ministro de Estado da Previdência Social que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Rodolpho Tourinho.

São lidos os seguintes:

### AVISOS

Do Ministro de Estado da Previdência

(Nº 399, de 2003, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.088, de 2003, do Senador Demóstenes Torres);

(Nº 402, de 2003, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.123, de 2003, do Senador Paulo Octávio);

(Nº 403, de 2003, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.129, de 2003, do Senador Antero Paes de Barros); e

(Nº 404, de 2003, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.130, de 2003, do Senador Antero Paes de Barros.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – As informações foram anexadas aos processados dos requerimentos, e encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Rodolpho Tourinho.

São lidos os seguintes:

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2003

(Nº 1.840/2003, na Casa de Origem)

**(De iniciativa do Presidente da República)**

**Altera a legislação tributária federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Até 31 de dezembro de 2005, o imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as tabelas progressivas mensal e anual de que trata o art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 21 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, alterado pelos arts. 1º da Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999, e 63 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

### PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.840, DE 2003

**Altera a legislação tributária federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2004, imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as tabelas progressivas mensal e anual de que trata o art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 21 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, alterado pelos arts. 1º da Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999, e 63 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

### MENSAGEM Nº 416, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto do projeto de lei que “Altera a Legislação Tributária Federal”.

Brasília, 28 de agosto de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 160/2003 – MF

Brasília, 28 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à aprovação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre as tabelas progressivas mensal e anual para cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) a partir do ano-calendário de 2004, bem como revoga o parágrafo único do art. 21 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, com a redação dada pelos arts. 1º da Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999, e 63 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

2. Os arts. 1º e 3º do Projeto de Lei ora proposto tem como objetivo possibilitar a manutenção da exigência da alíquota de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento) para a faixa de rendimentos respectiva, em relação aos fatos geradores do IRPF que ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 2004, com o objetivo de evitar a perda de arrecadação que adviria da substituição da referida alíquota pela de 25% (vinte e cinco por cento), conforme previsto no parágrafo único do art. 21 da Lei nº 9.532, de 1997, cuja revogação, conforme previsto no art. 3º do Projeto de Lei, faz-se, portanto, necessária.

3. São esses, Senhor Presidente, os esclarecimentos que cumpre prestar sobre a presente proposição.

Respeitosamente, **Antonio Palocci Filho**.

### MENSAGEM Nº 554, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências a fim de solicitar seja considerada sem efeito, e portanto, cancelada, a urgência pedida com apoio no § 1º do art. 64 da Constituição para o Projeto de Lei nº 1.840, de 2003, que "Altera a Legislação Tributária Federal", enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 416, de 2003.

Brasília, 21 de outubro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

Art. 63. O art. 21 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Relativamente aos fatos geradores ocorridos durante os anos-calendário de 1998 a 2003, a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), constante das tabelas de que tratam os arts. 3º e 11 da

Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e as correspondentes parcelas a deduzir, passam a ser, respectivamente, a alíquota, de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento), e as parcelas a deduzir, até 31 de dezembro de 2001, de R\$360,00 (trezentos e sessenta reais) e R\$4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais), e a partir de 1º de janeiro de 2002, aquelas determinadas pelo art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, a saber, de R\$423,08 (quatrocentos e vinte e três reais e oito centavos) e R\$5.076,90 (cinco mil e setenta e seis reais e noventa centavos).

Parágrafo único. São restabelecidas, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2004, a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) e as respectivas parcelas a deduzir de R\$370,20 (trezentos e setenta reais e vinte centavos) e de R\$4.442,40 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, modificados em coerência com o art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002." (NR)

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

LEI Nº 9.887, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999

### Altera a Legislação Tributária Federal.

Art. 1º art. 21 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Relativamente aos fatos geradores ocorridos durante os anos-calendário de 1998 a 2002, a alíquota de vinte e cinco por cento, constante das tabelas de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e as correspondentes parcelas a deduzir, passam a ser, respectivamente, de vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento, trezentos e sessenta reais e quatro mil, trezentos e vinte reais." (NR)

“Parágrafo único. São restabelecidas, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2003, a alíquota de vinte e cinco por cento e as respectivas parcelas a deduzir de trezentos e quinze reais e três mil, setecentos e oitenta reais de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.” (NR)

LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002

Mensagem de veto

**Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.451, DE 10 DE MAIO DE 2002

**Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.**

Art. 1º O Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as seguintes tabelas progressivas mensal e anual, em reais:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 1.058,00		
De 1.058,01 até 2.115,00	15	158,70
Acima de 2.115,00	27,5	423,08

Tabela Progressiva Anual

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 12.696,00	-	-
De 12.696,01 até 25.380,00	15	1.904,40
Acima de 25.380,00	27,5	5.076,90

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

**Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.**

Art. 21. Relativamente aos fatos geradores ocorridos durante os anos-calendário de 1998 a 2003, a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), constante das tabelas de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e as correspondentes parcelas a deduzir, passam a ser, respectivamente, a alíquota, de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento), e as parcelas a deduzir, até 31 de dezembro de 2001, de R\$360,00 (trezentos e sessenta reais) e R\$4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais), e a partir de 1º de janeiro de 2002, aquelas determinadas pelo art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, a saber, de R\$423,08 (quatrocentos e vinte e três reais e oito centavos) e R\$5.076,90 (cinco mil e setenta e seis reais e noventa centavos). (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 30-12-2002)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 102, DE 2003**

(nº 3/2003, na Casa de Origem)

**Acrescenta parágrafo ao art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

“Art.129. ....

Violência Doméstica

§ 9º Se a ofensa ou violência é cometida contra cônjuge ou pessoa que, ligada pelo parentesco natural, civil ou por afinidade, esteja sob sua guarda ou vigilância ou com quem conviva ou tenha convivido:

Pena – detenção, de seis meses a um ano.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3, DE 2003**

**Altera o art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica” e dá outras providências;**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.

Pena – detenção, de três meses a um ano.

Violência doméstica

I – Se a ofensa ou violência é cometida:

**a)** contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

**b)** contra companheira ou companheiro com o qual o agente conviva ou tenha convivido.

Pena: Reclusão, de seis meses a um ano.” (NR)

Art. 2º. O art 234, do Decreto-Lei nº 6.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 234. (..)

V – se o crime for previsto no art. 129, §§§ 1º, 2º e 3º, do Código Penal, e tiver sido cometido nas condições e forma descrita no art. 129, I, do mesmo diploma legal.

VI – se o crime for previsto no art. 129, I, do Código Penal.”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Atualmente em nosso país milhares de mulheres ainda vivem o drama da violência física, emocional e sexual como uma questão que diz respeito à privacidade de cada uma, como se ela estivesse envolvida num manto invisível de hipocrisia:

sentido por todos, mas rodeado pelo silêncio cúmplice da sociedade. Esta violência só vai acabar quando for rompida a barreira do medo, da vergonha e da crença pela impunidade. A violência doméstica deve ser tratada como uma questão pública, um problema social,

que deve ser objeto de ação governamental e punida com o rigor da nossa legislação Penal.

No Brasil a situação é bastante grave. Segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia, com sede na Holanda, e que pesquisou a violência doméstica em 138 mil mulheres em 54 países, foi constatado que 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica. A cada 4 minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relações de afeto.

O jornal **Folha de S. Paulo** (6-5-01) trouxe importante reportagem, informando que o Brasil fora condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA, por causa da violência doméstica.

A condenação sofrida pelo Brasil tem caráter de sanção moral, de constrangimento em nível internacional, conforme aponta a Dra. Sílvia Pimentel, do Comitê Latino-Americano pela Defesa do Direito das Mulheres CLADEM. Na decisão, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recomenda ao governo brasileiro que pague à vítima uma indenização e que promova de forma rápida e eficiente o julgamento criminal contra o agressor.

De fato, a condenação brasileira pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos atingiu uma área em que realmente nossas autoridades e nossa legislação são omissas e ineficientes. E não é por acaso, evidentemente, pois refletem hábitos culturais, permeados por um arraigado e profundo machismo nas mínimas coisas, que ainda enxergam a violência doméstica contra a mulher como intrínseca aos relacionamentos, à intimidade do casal e, especialmente, como afirmação masculina.

Tanto é assim que há músicas que falam que “tapinha não dói” ou que mulher gosta de levar “tapa na cara”. E ninguém protesta, aliás, pelo contrário, as músicas são sucesso nas rádios e nos programas de TV.

Em estudo sobre a violência doméstica feito por duas pesquisadoras da PUC de São Paulo, em 1994, tendo como base boletins de ocorrência, verificou-se que 81,5% das queixas foram de lesão corporal intencional, especialmente pancada. Desses inquéritos, 70% foram arquivados. Os que foram adiante, em 10% os agressores ainda foram absolvidos.

Não se pode tratar da mesma maneira um delito praticado por um estranho e o mesmo delito praticado por alguém de estreita convivência, como é o caso de

maridos e companheiros em detrimento de suas esposas, companheiras.

O delito praticado por estranho em poucos casos voltará a acontecer, muitas vezes, agressor e vítima sequer voltam a se encontrar, já o delito praticado por pessoa da convivência tende a acontecer novamente, bem como, pode acabar em delitos de maior gravidade, como é o caso do homicídio de mulheres inúmeras vezes espancadas anteriormente – esta especificidade da violência doméstica exclui os delitos decorrentes desta forma de violência da classificação “menor potencial ofensivo”. Embora tecnicamente, levando-se em conta a pena – no caso das lesões corporais leves e da ameaça – a classificação seja menor potencial ofensivo as circunstâncias que cercam tais delitos majoram este potencial.

Partindo-se desta primeira consideração, a segunda que devemos fazer é a de que configura um grande ônus para a vítima de violência doméstica a decisão de representar ou não o agressor, deve-se levar em conta que este agressor, na maior parte dos casos, é também o pai de seus filhos, a pessoa que dorme ao seu lado todas as noites. Em diversos países que adotaram leis semelhantes, como o caso da Itália, supriu-se esta necessidade de representação em casos onde houvesse relação de poder entre a vítima e agressor, dentre tais relações, os casos de marido e mulher.

Neste sentido, a nossa proposição é para que se altere o Código Penal brasileiro para qualificar a lesão corporal leve prevista no Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”; e alterar o art. 324, do Código de Processo Penal, tornando inafiançável a “lesão corporal leve” e a “lesão corporal grave”, quando o crime for cometido por “agressor doméstico”.

Ao apresentar tal proposição, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para atender ao desejo e reclamo de milhares de mulheres agredidas e oprimidas neste país e para colocar o Brasil entre os países cuja legislação protegem as mulheres dessa condenável, absurda e covarde forma de violência, como recomendou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – a *Convenção de Belém do Pará* – ratificada pelo Brasil em novembro de 1995.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2003. – Deputada **Iara Bernardi**, PT-SP.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

DECRETO-LEI Nº 2.848  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

**Código Penal**

.....  
**CAPÍTULO II  
Das Lesões Corporais**

**Lesão corporal**

Art. 129 – Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

**Lesão corporal de natureza grave**

§ 1º Se resulta:

I – incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 (trinta) dias;

II – perigo de vida;

III – debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV – aceleração de parto;

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

§ 2º Se resulta:

I – incapacidade permanente para o trabalho;

II – enfermidade incurável;

III – perda ou inutilização de membro, sentido ou função;

IV – deformidade permanente;

V – aborto;

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

**Lesão corporal seguida de morte**

§ 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

**Diminuição de pena**

§ 4º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

**Substituição da pena**

§ 5º O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa:

I – se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II – se as lesões são recíprocas.

**Lesão corporal culposa**

§ 6º Se a lesão é culposa:

Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano.

**Aumento de pena**

§ 7º Aumenta-se a pena de um terço, se ocorrer qualquer das hipóteses do art. 121, § 4º, (Redação dada pela Lei nº 8.069, de 13-7-1990)

§ 8º Aplica-se à lesão culposa o disposto no § 5º do art. 121. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977 e alterado pela Lei nº 8.069, de 13-7-1990)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Econômicos; e o de nº 102, de 2003, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Rodolpho Tourinho.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 947, DE 2003**

(Nº 2.776/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão  
à Fundação Rádio Educativa Famílias Uni-  
das para executar serviço de radiodifusão  
sonora em frequência modulada na cida-  
de de Guanambi, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 187, de 19 de fevereiro de 2002, que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Famílias Unidas para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Guanambi, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 409, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional  
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à

apreciação de Vossa Excelência, acompanhado de Exposição do Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 187, de 19 de fevereiro de 2002, que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Famílias Unidas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Guanambi, Estado da Bahia.

Brasília, 24 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 496 EM

Brasília 8 de maio de 2002

Excelentíssimo Senhor presidente da República,  
Encaminho a Vossa Excelência o processo Administrativo nº 53640.000590/2000, de interesse da Fundação Rádio Educativa Famílias Unidas, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Guanambi, estado da Bahia.

De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a relação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital ou outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Cumprе ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorga à permissão, nos termos da inclusa Portaria.

Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que deu origem.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 187 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108 de 24 de dezembro de 1996, e tendo

em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000590/2000, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Rádio Educativa Famílias Unidas para executar, pelo prazo de 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Guanambi, Estado da Bahia.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos turnos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

#### PARECER Nº 22 DE 2002

**Referência:** Processo nº 53640.000590/00

**Interessada:** Fundação Rádio Educativa Famílias Unidas

**Assunto:** Outorga de serviço de radiodifusão.

**Ementa:** – Indepe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

**Conclusão:** Pelo deferimento

#### I – Os Fatos

A Fundação Rádio Educativa Famílias Unidas, com sede na cidade de Guanambi, Estado da Bahia, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 291 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro “A – 12”, nº 1.355, em 19 de outubro de 2000, na cidade de Guanambi, Bahia, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, que terá mandato de dois anos, conforme artigo 17 do Estatuto da entidade, está ocupado pela Srª Gildete Brito Nascimento, cabendo a ela a representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também, os cargos de Diretor Operacional, ocupado pelo Sr. José Wilson Lima Vieira e de Diretor Administrativo e Financeiro, ocupado pelo Sr. Valdívio José de Souza.

#### II – do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens estão admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU**, de 26 subseqüente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13. ....  
(...)”

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme

declarações firmadas por eles e juntadas às fls. 58, 59 e 60 dos presentes autos.

### III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer **sub-censura**.

Brasília, 7 de fevereiro de 2002, – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 7 de fevereiro de 2002, – **Anacléto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga Substituto.

Á Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 7 de fevereiro de 2002, – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 8 de fevereiro de 2002, – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão interino.

(À Comissão de Educação em decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 948, DE 2003

(Nº 2.799/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Belo Oriente para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 877, de 4 de junho de 2002, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Belo Oriente para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em fre-

quência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 631, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto á apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 872, de 4 de junho de 2002 – Fundação Cultura e Vida, na cidade de Florianópolis – SC;

2 – Portaria nº 873, de 4 de junho de 2002 – Fundação Gilvan Costa, na cidade de Palmares – PE;

3 – Portaria nº 876, de 4 de junho de 2002 – Fundação Padre Ademar da Mota Valença, na cidade de (Garanhuns – PE; e

4 – Portaria nº 877, de 4 de junho de 2002 – Fundação Educativa e Cultural de Belo Oriente, na cidade de Belo Oriente – MG.

Brasília, 16 de julho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC 836 EM

Brasília, 17 de junho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53710.000058/2001, de interesse da Fundação Educativa e Cultural de Belo Oriente, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 13, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo cair a legislação

aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

### PARECER Nº 168 DE 2002

**Referência:** Processo nº 53710.000.058/01 Fundação Educativa e Cultural de Belo Oriente

**Interessada:** Outorga de serviço de radiodifusão.

**Assunto:** – Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

**Conclusão:** Pelo deferimento

### I – Os Fatos

A Fundação Educativa e Cultural de Belo Oriente, com sede na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 202E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos pela televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na cidade de Açucena, Minas Gerais, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente da entidade está ocupado pelo Sr. Humberto Lopes de Assis, ca-

bendo a ele representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também, os cargos de Diretor Tesoureiro, ocupado pelo Sr. Marco Antônio de Menezes Carvalho e de Diretor Secretário, ocupado pela Srª Maria Marta Bragança.

### II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU** de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13. ....

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntadas às fls. 136, 141 e 151, dos presentes autos.

### III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer **sub-censura**.

Brasília, 16 de maio de 2002. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 16 de maio de 2002. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 16 de maio de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, prosseguimento.

Brasília, 20 de maio de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 947 e 948, de 2003**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março último, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Rodolpho Tourinho.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.821, DE 2003**

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 702, de 2003 (nº 500/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Isenção de Vistos em Passa-**

**portes Comuns, celebrado em Brasília, em 23 de novembro de 2000.**

Relator: Senador **Rodolpho Tourinho**

Relator *ad hoc*: Senador **Aelton Freitas**

#### **I – Relatório**

Com fundamento no disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, através da Mensagem nº 625, de 11 de julho de 2002, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 23 de novembro de 2000.

O Acordo foi primeiramente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após exame, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Em 12 de julho de 2002, a Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a chancela daquela Casa em 30 de setembro de 2003, sendo encaminhado ao Senado Federal em 3 de outubro subsequente.

Nesta Casa, a proposição sob comento foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 7 de outubro de 2003, e ao Relator signatário em 16 de outubro seguinte, após prazo regimental sem apresentação de emendas.

#### **II – Análise**

Cuida-se aqui da apreciação de um singelo, mas deveras importante acordo internacional. Para estabelecer um fluxo mais ágil rio intercâmbio entre os dois países, Brasil e México decidiram firmar o instrumento em análise em que definem a isenção de vistos em passaportes comuns no trânsito entre os dois países. Esse caráter do acordo está bem resumido na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial, no trecho transcrito abaixo:

O referido acordo reflete o anseio dos dois países em intensificar suas relações culturais e econômicas, tendo como objetivo facilitar a entrada de nacionais de um dos países no território do outro, incrementando o fluxo de intercâmbio comercial e turístico, bem como estreitando ainda mais os laços de amizade existentes.

Há que se salientar a importância do México como potência emergente e importante parceiro do Brasil, cujas economias são complementares em muitas áreas. Do ponto de vista econômico, a inserção do México no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) representa outra grande vantagem nessa facilitação dos fluxos de pessoas entre os dois países. Porém, quicá um dos aspectos mais importantes nesse Acordo seja a grande identidade cultural que une nossos dois povos, já demonstrada em diversos eventos culturais e esportivos, reforçada pelo passado de latinidade comum das duas nações. Tudo isso reforça a idéia de que se multiplicarão as viagens turísticas, visitas de estudo e de missões comerciais entre os dois países, o que sem dúvida nos impele à aprovação sem mais delongas do presente Acordo.

Por último, há que se apontar o equívoco de redação no Projeto de Decreto Legislativo aprovado na Câmara dos Deputados, que assinalou que o Acordo foi assinado a 23 de dezembro de 2000 quando na verdade o mesmo foi firmado um mês antes, a 23 de novembro de 2000. Cuida-se de um lapso redacional que pode ser corrigido na aprovação no Senado Federal, sem necessidade de o mesmo voltar à Câmara dos Deputados.

### III – Voto

Por todo o exposto, por considerarmos ser conveniente aos interesses do País, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 702, de 2003, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Isonção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 23 de novembro de 2000, corrigindo-se a redação do seu art. 1º para constar a data correta de assinatura do referido Acordo.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2003. – Marcelo Crivella, Presidente em Exercício – **Aelton Freitas**, Relator *ad hoc* – **Rodolpho Tourinho**, Relator – **Marco Maciel** – **Lúcia Vânia** – **Flávio Arins** – **João Alberto Souza** – **Luiz Otávio** – **João Capiberibe** – **Jefferson Péres** – **Tião Viana** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Hélio Costa** – **Gilberto Mestrinho** – **Sibá Machado**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:  
.....

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

### PARECER Nº 1.822, DE 2003

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2003 (nº 682 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, assinada em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002, que modifica o Protocolo de Las Leñas, promulgado no Brasil pelo Decreto Federal nº 2.067, em 12 de novembro de 1996.**

Relator: Senador **José Agripino**

Relator *ad hoc*: Senador **Flávio Arns**

### I – Relatório

Com fundamento no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 975, de 8 de novembro de 2002, submete ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2003 (PDC nº 682, de 2003, na Câmara dos Deputados), que Aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, assinada em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002, que modifica o Protocolo de Las Leñas, promulgado no Brasil pelo Decreto Federal nº 2.067, em 12 de novembro de 1996.

Por se tratar de matéria do interesse do Mercosul, o ato internacional em apreço foi examinado preliminarmente pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, à luz do disposto no inciso I, §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996-CN, onde recebeu aprovação.

Na Câmara dos Deputados, o ato internacional ora apreciado foi examinado nas Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Relações Exteriores e de Defesa, onde foi igualmente aprovado.

## II – Análise

O diploma aqui apreciado, que modifica o Protocolo de cooperação judiciária pré-existente no Mercosul (o Protocolo de Las Leñas), pretende dinamizar e facilitar as relações entre os países signatários do tratado de Assunção de 25 de março de 1991.

Da Exposição de Motivos formulada pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial, cumpre destacar o seguinte:

Em consonância com a estratégia de aprofundar a cooperação jurisdicional entre os Estados Partes do Mercosul, o Ato em epígrafe modifica o Protocolo de Las Leñas sobre Cooperação e Assistência Jurisdicional em matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, promulgado no Brasil pelo Decreto Federal nº 2.067, de 11-11-96, ampliando as vias de comunicação das partes rogatórias previstas no mencionado Protocolo. Observo que a referida ampliação, que faculta a transmissão de cartas rogatórias pelas próprias partes interessadas, consagra sistemática já adotada, na prática, em muitos casos, especialmente na região da fronteira com o intuito de assegurar maior rapidez e eficácia à cooperação jurisdicional entre os quatro Estados Partes, condição essencial para a consecução dos objetivos do Tratado de Assunção.

Por meio da Emenda, os signatários modificaram, ainda, o Artigo 35 do Protocolo de Las Leñas, com vistas a garantir que a cooperação estabelecida no Acordo não inviabilize a aplicação de compromissos mais amplos sobre a matéria entre as partes. Adicionalmente, foram feitos ajustes formais de redação em alguns dispositivos do Protocolo original a fim de facilitar a aplicação do instrumento, que se tem provado de particular relevância e eficácia na aplicação extraterritorial de medidas processuais, com impacto positivo sobre a segurança jurídica na região.

Sabemos que a integração regional e a construção de blocos econômicos não é uma proposta eminentemente retórica, sem medidas concretas e que dêem efetividade ao querer político.

Ao facilitar-se a comunicação processual, dinamizando e dando maior fluidez à circulação de cartas rogatórias entre os países do Mercosul, a Emenda ao Protocolo de Las Leñas que examinamos é de todo conveniente e oportuna aos interesses nacionais.

A construção de um espaço jurídico harmônico, no qual medidas judiciais possam ser tomadas sem empecilhos de fronteiras, injustificáveis em espaços econômicos que pretendem ser comuns, é medida urgente e necessária à consecução de um Mercosul mais efetivo e consistente. Sem segurança jurídica não há integração regional.

## III – Voto

Em face do exposto, por considerarmos conveniente aos interesses do País, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2003.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2003. – **Marcelo Crivella**, Presidente em exercício – **Flávio Arns**, Relator *ad hoc* – **José Agripino**, Relator – **Marco Maciel** – **Aelton Freitas** – **Luiz Otávio** – **Jefferson Peres** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Gilberto Mestrinho** – **João Capiberibe** – **Hélio Costa** – **Lúcia Vânia** – **Tião Viana** – **Siba Machado** – **Rodolpho Tourinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – As matérias vão à publicação.

Finda a leitura do expediente, passamos à lista dos oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje quero tratar de um dos mais importantes temas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, sobretudo do Nordeste. Refiro-me à redução das desigualdades sociais na região que mais sofre com o escasso regime de águas do território brasileiro e que poderá ver resolvidos os seculares problemas provocados pela seca a partir de uma ação de governo que requer coragem e determinação para ser realizada, algo só comparado à transferência da Capital do País para o interior, que aconteceu na década de 60.

Falo sobre a transposição das águas do Tocantins para o São Francisco, um projeto prioritário do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que quer perenizar os rios temporários do semi-árido nordestino, con-

forme declaração do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES.

Por se tratar de uma idéia ainda em fase preliminar, por não existir um projeto definitivo, com orçamento, cronograma e especificação de obras a serem implantadas, não poderíamos fazer uma análise mais profunda do assunto, pois atualmente teríamos uma estimativa de custo preliminar em torno de R\$24 bilhões, o que seria até pouco para que o Brasil pudesse acabar ou minimizar o flagelo das secas do Nordeste.

O Brasil de hoje não é mais um país pobre, mas sim um país injusto. Dispomos de conhecimento, da tecnologia, do capital e dos recursos necessários para a solução desse problema. Não podemos generalizar e dizer que falta apenas decisão e vontade política em relação à ação governamental, cuja idéia inicial vem da época de Dom Pedro II, mas podemos afirmar que, tendo um Presidente da República que sentiu na própria pele o drama da fome e da seca no Nordeste, o problema e sua solução tomam outra dimensão. E a designação do Vice-Presidente da República José Alencar para tratar do assunto pode assegurar a realização do projeto, que vem desafiando Governos há quase dois séculos.

O Estado do Tocantins também deseja contribuir decisivamente para a solução desse problema nacional, com a doação das águas do rio Tocantins para a melhoria das condições de vida de nossos irmãos nordestinos. Sr. Presidente, lembro-me de uma audiência pública, em uma comissão da Câmara dos Deputados, em que o então Governador Siqueira Campos, nordestino sofrido, que já idealizava e defendia esse projeto há muito tempo, ofereceu as águas do rio Tocantins para resolver esse problema que tanto sofrimento causa ao povo nordestino.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há quem veja o projeto de transposição das águas do rio Tocantins como algo que não se pode realizar. O ceticismo é tão grande que afirmam ser o projeto insustentável do ponto de vista técnico, econômico e ambiental. Não concordamos com esse ponto de vista, apesar de ainda existir um problema de engenharia a ser superado, como a reversão do curso do rio do Sono, afluente da margem direita do Tocantins. O elevado padrão de engenharia brasileira já conseguiu superar desafios da mesma magnitude, dando soluções técnicas para situações que pareciam insuperáveis. Confiamos na competência de nossa engenharia e temos a convicção de que esse problema será adequadamente solucionado, tendo em vista que a proposta de transposição das águas do Rio Tocantins existe em

decorrência da grande evasão do Tocantins, que gira em torno de 11 mil metros cúbicos por segundo.

**O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)**  
– Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO)** – Senador Eduardo Siqueira Campos, tem V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)**  
– Senador João Ribeiro, a bem da verdade, já aparte-ei V. Ex<sup>a</sup> numa canoa num dia de sábado. Já pescamos juntos, já cruzamos os milhares de pequenos rios do Tocantins em balsa, em canoa, em travessias. V. Ex<sup>a</sup> fala sobre a água. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, embora tenha começado o meu aparte brincando, vamos dizer assim, com a o fato de estarmos aqui hoje, um sábado, vou apartear o colega de representação do meu Estado, o Tocantins, principalmente porque o assunto é água, algo que a ONU aponta como o possível motivo para guerras, conflitos e invasões. Se já tivemos guerras por petróleo, há que se pensar que, pela água, a preocupação deve ser ainda maior. O Estado do Tocantins, Senador João Ribeiro, é realmente abençoado em termos de mananciais de água. A sua bacia hidrográfica contribui para a maior bacia hidrográfica do País, a amazônica. Sem dúvida, os levantamentos que existem sobre a possibilidade de transposição das águas, o projeto Doador, partir das águas do rio do Sono é algo já estudado e fundamentado. A respeito desse ponto já conversamos com o Ministro Ciro Gomes e com o Vice-Presidente, José Alencar. Um levantamento do Estado na sua projeção e perspectiva para o futuro, Senador João Ribeiro, aponta para a necessidade da construção de, pelo menos, duas mil pontes nos nossos pequenos rios para dar tráfego às nossas rodovias vicinais. Em um Estado que precisa construir duas mil pontes, me parece, o problema poderia ser a água. Mas, na verdade, é a santa água do Tocantins a solução para os nossos problemas e, quem sabe, definitivamente para os problemas do Nordeste. Eu apontaria aqui rapidamente, Senador João Ribeiro, o rio do Sono, citado por V. Ex<sup>a</sup>; sobre o qual já fizemos a ponte, citaria o rio Balsas Mineiro, de águas muito fortes e de grande aproveitamento hidrelétrico sobre o qual também fizemos ponte; o rio da Palma, em Paranã, uma das maiores pontes do nosso Estado; o próprio rio Tocantins, em frente a Palmas, com um lago e uma ponte de oito quilômetros e meio, Sr. Presidente. Poucos têm notícia disso no Brasil, Senador João Ribeiro. Todos conhecem a Ponte Rio-Niterói, de quatorze quilômetros, todos conhecem. Poucos conhecem a ponte sobre o rio Tocantins, sobre o lago de Palmas, com oito quilômetros e meio de extensão.

Realmente, temos enfrentado o desafio da construção da infra-estrutura do Tocantins. A preocupação externada pela Senadora Heloísa Helena sobre a transposição das águas, é um pouco parecida com a da população que assistiu a construção de Tucuruí, que viu ali nascer um grande centro de geração de energia, linhas transmissoras levando energia para o resto do País e, no entanto, as pequenas cidades do Pará no escuro. Ou seja, milhares de pessoas que assistiram à construção de uma grande obra dos sonhos do povo da Região Norte, a Hidrelétrica de Tucuruí, vêem as grandes linhas de transmissão passando e as pequenas cidades no escuro. Preocupa-se a Senadora Heloísa Helena, bem como muitos Parlamentares do Nordeste, com a possibilidade de se levar água para uma parte da população – vamos citar, por exemplo, a Paraíba –, sendo que nós temos, à margem do São Francisco, a miséria e a pobreza. A exposição que fez o Vice-Presidente, José Alencar, para mim um visionário, um otimista, um brasileiro que viveu como ninguém a era de Juscelino Kubitschek, nos fez imaginar que é possível, sim, que é factível, sim, que outras nações já resolveram os seus problemas. Talvez seja sonhar demais para o nosso Brasil. No entanto, foi essa a principal acusação que pesou sobre os ombros, talvez, no meu entendimento o maior de todos brasileiros, do Presidente Juscelino Kubitschek, que permitiu a construção de Brasília, que permitiu uma reocupação, um reordenamento do crescimento do território brasileiro, que permitiu o ensejo de recomeçarmos a luta pelo Tocantins, porque foi pela rodovia Belém-Brasília que a nossa família, Senador João Ribeiro, possivelmente muitos dos nossos Parlamentares, grande parte da nossa população, chegou ao Tocantins. Foram doze longos dias de viagens em que migramos do interior de São Paulo para o Tocantins em uma estrada que não tinha pontes. Acampávamos nas beiras dos rios, um trieiro, mas, pela Belém-Brasília, aberta por Juscelino, chegamos, e hoje o Tocantins é o que é. Eu me orgulho muito de ter V. Ex<sup>a</sup> como o meu colega de Bancada. Parabenizo-o V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que faz, abordando a transposição das águas, a necessidade dessa transposição e o fato de que esse é um projeto que, embora venha do tempo do Império, ainda está sendo estudado, ainda está sendo fundamentado. O Governo sinaliza com um grande projeto, mas não temos verbas orçamentárias ainda. Isso preocupa, mas de qualquer forma é um assunto importante, principalmente para os Parlamentares do Tocantins. Temos o orgulho de ser um Estado com grande potencial para ser solução de tantos problemas neste País. Descul-

pe-me por me ter alongado no aparte, Senador João Ribeiro.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO) – Com muito prazer, Senador Eduardo Siqueira Campos, incorporo ao meu discurso o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador tão sábio e que representa tão bem o povo brasileiro e o povo tocantinense.

Sr. Presidente, continuando, o debate desta matéria deve ser feito nesta Casa legislativa que tem...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador João Ribeiro, permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO) – Um minutinho só Senador, já lhe concederei.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Não seria bem um aparte ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, mas uma indagação à Mesa sobre a transmissão da sessão. Aliás, parabenizo o Presidente Sarney e o Senado. Estou conversando aqui com o Senador Pedro Simon, e parece que os ouvintes da TV Senado começam a cobrar a não transmissão da TV Senado da Sessão. Parece que a Senadora Heloísa Helena possui informação sobre o assunto. Apenas faço o registro e parabenizo o Senado pela grande audiência da TV Senado. O Senador Aloizio Mercadante não poderia estar aqui, neste sábado, com a televisão fora do ar.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Respondendo ao Senador Heráclito Fortes, durante o seu pronunciamento, informaremos de imediato e responderemos ao Plenário. Mas, a informação preliminar que nos chega é que a transmissão está sendo feita fora do Senado. O problema seria no Senado, neste momento. Nós nos informaremos e daremos a resposta, em seguida.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Sr. Presidente, é essa a informação que estamos recebendo e o apelo da base.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO) – Sr. Presidente, continuando, eu também fico preocupado, porque gostaria que, sobretudo os nordestinos e os tocantinenses, que estão oferecendo as águas para a transposição, ouvissem a transmissão da sessão.

Nos planos sobre todos nós políticos, que compõem as Bancadas que aqui atuam, e que são guardiões dos interesses dos Estados junto à Federação.

O Senado Federal está impedido de admitir que somente alguns brasileiros tenham direito e acesso ao precioso líquido, pelo simples fato de terem nascido no semi-árido do Nordeste, ou em outra região pobre do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Senador João Ribeiro, permita-me fazer um esclarecimento ao Senador Heráclito Fortes para confirmar que a informação recebida da Assessoria de que esta sessão está sendo transmitida para todo o País pela TV Senado está correta. O que não está no ar é o Canal Vip. Então, todo o Brasil está assistindo à sessão, desde o início, quando o Presidente José Sarney fez a abertura.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO) – Não podemos admitir que esse tipo de discriminação odiosa se perpetue, principalmente sabendo que os estudos atuais indicam que, no ano de 2015, a situação da água no Nordeste será crítica. Se hoje já é, em 2015 será muito mais.

As Nações Unidas recomendam a oferta de um mínimo de 1000 m<sup>3</sup> anuais, **per capita**, como quantidade adequada para garantir uma sobrevivência digna.

No Nordeste do Brasil, as perspectivas de oferta são de apenas 250m<sup>3</sup> por habitante/ano, o que significa um desastre em todos os sentidos, principalmente num País que detém cerca de 12% de toda a água doce disponível no Planeta.

Essas questões exigem amplo debate, profunda análise e indicação de soluções adequadas para a realidade nordestina, garantindo a definição de políticas públicas viáveis, corretas do ponto de vista social e econômico e justas do ponto de vista federativo.

Como Senador do Estado do Tocantins, sinto-me à vontade para dar uma colaboração real na direção da solução desse secular problema do Nordeste brasileiro, pois é da vocação do Senado trabalhar para o equilíbrio federativo, para a harmonia entre os diversos Estados brasileiros.

A transposição das águas do Rio Tocantins para o Rio São Francisco não é um problema de interesse exclusivo do Nordeste, dos Estados nordestinos ou dos Senadores do Nordeste. A redução dos efeitos negativos da seca do Nordeste é um problema de segurança nacional, um problema do Brasil, que requer solução que já deveria ter sido equacionada.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores o Estado do Tocantins está disposto a dar a sua colaboração – o vem fazendo desde o início dessa discussão –, com a transposição das águas do seu grande rio, garantindo a vazão necessária ao abastecimento do Nordeste Setentrional.

Acreditamos na capacidade do nosso Vice-Presidente, José Alencar, que nos garantiu, em sua ex-

posição nesta Casa, em resposta ao Líder do PFL, José Agripino, a posição que traduzo em seguida:

No sermão da montanha foi dito por Jesus Cristo: “Onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração”. O meu coração está sempre ligado às minhas responsabilidades e especialmente dedicado àquelas nas quais acredito. E essa é uma responsabilidade que me foi passada e a qual quero me dedicar com todo o meu coração... A cada dia que passa, vou-me inteirando mais do projeto, realizando reuniões, discutindo, dialogando, conversando com técnicos, especialmente com os ambientalistas, e vou-me convencendo de que o projeto pode ser viabilizado. Se ele foi viabilizado do ponto de vista ecológico e técnico, tem viabilidade estratégica de tal natureza que supera a própria viabilidade econômica, que também é gigantesca, então pode ser realizado.

Essas foram as palavras do Vice-Presidente da República, José Alencar, naquela exposição que aqui fez.

Encerrando, Sr. Presidente, tenho plena convicção de que chegaremos a um projeto viável do ponto de vista econômico e social, respeitando o meio ambiente e contribuindo para acabar com a fome e a sede de nossos irmãos nordestinos.

**O Sr. José Sarney** (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador João Ribeiro?

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO) – Concedo, com muito prazer, o aparte ao Presidente José Sarney.

**O Sr. José Sarney** (PMDB – AP) – Senador João Ribeiro, todos nós estamos associados às suas preocupações com a questão da água no Brasil, que abrange desde o problema da água propriamente dito até a necessidade que dela temos no Nordeste. Lembro que o exemplo histórico é sempre bom. Caminha, na sua carta, disse a célebre frase, que todos nós repetimos sempre, de que aqui, em se plantando, tudo dá. Ele acrescentava que era por causa da água. Realmente, essa é a preocupação mundial e o Brasil foi privilegiado pela abundância desse grande recurso. Hoje, nosso problema é saber de que maneira utilizá-la sem depredá-la. E uma maneira de utilizá-la bem é levá-la a abastecer o Nordeste do Brasil. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO) – Agradeço, Presidente José Sarney, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e o incorporo ao meu discurso com muito orgulho. Admiro V. Ex<sup>a</sup>, assim como todos os brasileiros, mas sobretudo nós Senadores.

Concluirei, Sr. Presidente, para contribuir com a Mesa, embora pudesse solicitar mais tempo, em razão de algumas discussões com referência à TV Senado.

Presidente José Sarney, nós tocaninenses temos um imenso orgulho de nosso Estado, sobretudo porque o Tocantins está na frente em muitas questões, é um Estado que pode ser usado como modelo para uma redivisão territorial do País. A partir da criação do Tocantins, aqueles que eram contra uma redivisão territorial, um País com mais Estados, passaram a ter outra opinião, porque realmente o Tocantins deu certo. E V. Ex<sup>a</sup> tem contribuído muito para o progresso do nosso Estado.

Eu hoje não vou falar daqueles que construíram com suor e sacrifício aquele grande Estado. Mas poderia citar, para encerrar o meu discurso, o pai do Senador Eduardo, o grande estadista Siqueira Campos, que foi quem criou na Constituinte, com o apoio do Congresso Nacional, o Estado do Tocantins. Hoje temos um Estado fantástico e muito nos orgulha representá-lo no Senado Federal.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. João Ribeiro o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

Antes, porém, aproveitamos para informar à Casa que não só a TV Senado transmite ao vivo esta sessão como também a Rádio Senado.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> dispõe da palavra por 20 minutos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero aproveitar esta sessão que se realiza neste sábado para abordar, como tenho feito outras vezes desta tribuna, a questão fundiária do meu Estado de Roraima.

Na verdade, meu Estado vem de uma situação de ex-Território, portanto, as terras pertenciam à União. Quando Roraima e Amapá passaram a Estado, os Constituintes – entre os quais eu me incluo, porque, como Constituinte, batalhei para transformar

o Território em Estado – colocaram no Ato das Disposições Transitórias que os Estados então criados seriam constituídos pelas terras com os mesmos limites dos então Territórios de Roraima e de Amapá.

Ora, para mim parece lógico, implícito, sem nenhuma dúvida, que as terras compreendidas dentro do perímetro geográfico do ex-Território passariam a ser do então Estado de Roraima. Só que não entendeu assim a Secretaria do Patrimônio da União, que nunca providenciou uma regulamentação que pudesse, de fato, passar as terras para o Estado e, com isso, por um processo de contínuo avanço de demarcação de reservas ecológicas, de reservas indígenas, já se ocupou mais de 57% da área de meu Estado só por reservas indígenas. Sobra para o Estado, na verdade, 12% de sua área territorial, e esses 12% o Estado não pode titular porque falta uma regulamentação. É inacreditável!

Aprovou-se, então, uma lei de autoria da Senadora Marluce Pinto, com o respaldo do Poder Executivo, que diz que as terras serão do Estado, ressalvadas as faixas de fronteira, que são de 150km a partir da linha de fronteira, abrangendo quase todo o Estado, e ainda as terras do interesse da União. Dessa forma, deixou-se de novo em aberto, cabendo ao Poder Executivo regulamentar essa lei aprovada pelo Congresso Nacional, o que até então não foi feito.

Mas quero aqui ressaltar que, tão logo assumiu a Presidência, o Presidente Lula, sensibilizado por esse problema, sabendo das demandas de todos os lados – o primeiro lado representado pelos pequenos produtores assentados pelo Incra, nos assentamentos nos diversos pontos de nosso Estado, notadamente no sul do Estado; o segundo lado composto das diversas etnias indígenas; e ainda um terceiro lado, formado pelo Ibama, por meio da criação de reservas ecológicas –, criou um grupo interministerial de trabalho, que deveria concluir seus trabalhos agora em dezembro e cujo prazo foi dilatado até 30 de janeiro de 2004 por um decreto publicado agora no dia 4 de dezembro. Mesmo assim, Sr. Presidente, com a dilatação do prazo, concretamente, pela primeira vez, o Governo Federal está dando passos no sentido de equacionar e resolver de vez os problemas.

Quero também fazer, até para colaborar com o grupo de trabalho, o registro de duas decisões importantes do Supremo Tribunal Federal. A primeira que está contida na Súmula nº 650 dispõe, para regulamentar o art. 20 da Constituição, o seguinte:

Os incisos I e XI do art. 20 da Constituição Federal não alcançam terras de al-

deamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.

Na verdade, o que acontece é que todo processo de demarcação de terras indígenas que foram baseados em laudos antropológicos em que, de uma forma até misteriosa, se descobria, por adivinhação ou por encontrar um pedaço de uma cerâmica indígena, portanto, uma terra que foi ocupada ou desocupada, de uma forma ou de outra, espontaneamente ou não, há muito tempo, passava a constituir uma reserva indígena.

Chegamos ao extremo de termos atualmente no Brasil, para uma população indígena de 0,2% da população brasileira, 12% do território nacional definidos como terras indígenas. Não estamos questionando que o índio não deva ter direito a sua terra demarcada. O índio deve ter, sim, uma terra proporcional ao seu desenvolvimento. Mas a verdade é que os índios não estão podendo se expressar, a não ser por falsos procuradores, por algumas ONGs que defendem, de maneira talibânica, determinados princípios. E, hoje, o Supremo Tribunal Federal, portanto, coloca de uma maneira muito clara um parâmetro certo para passarmos a nos definir. Essa decisão será muito importante para o trabalho desse grupo interministerial.

A segunda decisão, Sr. Presidente – e tive oportunidade de fazer o registro aqui –, foi que o Ministério Público tinha pedido a evacuação da cidade de Pacaraima, no norte de Roraima, no Município de mesmo nome, alegando que estaria dentro da área indígena São Marcos. Anteriormente, quando da criação dos Municípios de Pacaraima e de Uiramutã, o Ministério Público Federal entrou com uma ação contra a criação dos mesmos. Quer dizer, é uma coisa ilógica, porque a reserva indígena tem que estar dentro de um Município ou dentro de um Estado, não pode haver uma terra que não esteja localizada no perímetro de um Município ou de um Estado.

E, agora, o Supremo julgou essa representação do Ministério Público que visava à anulação da criação dos dois Municípios, dizendo textualmente que os procedimentos de demarcação da área indígena São Marcos não obedeceram aos princípios legais. Portanto, rejeitou a ação e manteve a criação dos Municípios de Pacaraima e de Uiramutã.

Então, quero deixar bem clara essa posição, Sr. Presidente, porque, de novo, algumas questões no Brasil são tratadas de maneira apaixonada, criando-se um aspecto ideológico para cada tipo de ação. A partir daí, quem não concorda com aquela posição passa a ser tachado de inimigo dos índios, de inimigo

do meio ambiente. Não se admite, portanto, o contraditório, a discussão, a abertura, no sentido de que possamos dizer que desejamos uma política indigenista que se preocupe prioritariamente com a pessoa do índio, a fim de que o índio tenha dignidade, acesso à saúde, à educação, à melhoria da tecnologia.

Não podemos ser hipócritas a ponto de não reconhecer que atualmente a maior quantidade da população indígena vive nas cidades. Os aldeamentos indígenas passam a ser como uma espécie de sítios, onde os índios plantam e voltam para as cidades, pois a maioria possui casa nas cidades. É necessário garantir que os índios tenham condições de trabalhar, de melhorar de vida, ter acesso à tecnologia, assegurando, assim, suas identidades e o aumento da população, como vem ocorrendo ultimamente. E isso não se deveu à pura e simples demarcação de terras indígenas. Em Roraima, por exemplo, os lanomâmis possuem uma área excepcionalmente grande para a quantidade de índios que lá existe, mas suas condições de vida não melhoraram. Nem as condições de saúde. São vítimas de uma endemia, a oncocercose, que limita a qualidade de vida das pessoas, levando inclusive à cegueira. E a mortalidade infantil não foi reduzida, apesar de serem repassados R\$10 milhões, aproximadamente, a uma ONG a fim de prestar assistência à comunidade.

Sou um homem da ciência, não tenho preconceitos contra a ou b. Quero, realmente, discutir as coisas à luz da verdade; não aceito nem condenações inquisitoriais, ao estilo da Santa Inquisição, nem aceito defesas apaixonadas de temas sem uma lógica real, científica e, acima de tudo, que leve em conta os interesses do Brasil, os interesses do povo brasileiro.

Essa posição do Supremo Tribunal Federal pretende mostrar que, na verdade, houve exageros demais – e ainda estão acontecendo – nessa questão de demarcação. Aliás, por trás disso, existem, com certeza, outros interesses que não são os interesses legítimos dos nossos índios, que levem em conta efetivamente o bem-estar do índio, da sua família, da sua descendência.

Então, penso que, a partir dessas duas decisões do Supremo Tribunal Federal, tiramos do campo político-partidário, do campo ideológico a discussão para analisar à luz do Direito. E eu sou daqueles que acham que decisão judicial só tem dois caminhos: ou se acata e se reconhece como legítima, ou se recorre dela. Portanto, uma decisão agora sumulada pelo Supremo Tribunal Federal vai nortear, daqui para frente, a questão das demarcações de terras indígenas. Apresentei, no Senado, por exemplo – inclusive já

passou por cinco sessões de discussão em primeiro turno e, portanto, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, uma emenda constitucional que visa a trazer para o Senado, que é a Casa que representa os Estados, que defende os direitos dos Estados, a apreciação de demarcação de reservas indígenas e ecológicas. Na prática, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a demarcação apenas por um decreto do Poder Executivo representa um confisco das terras do Estado sem que haja realmente um amplo debate do tema com toda a sociedade e não um debate monopolizado por algumas instituições.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho com muito prazer.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Quero solidarizar-me com as palavras do Senador Mozarildo Cavalcanti e lembrar que os nossos irmãos índios têm vontade própria, sabem o que querem, principalmente os da Raposa-Serra do Sol e do São Marcos. A demarcação da terra de São Marcos, feita em 1993, não melhorou, aliás piorou, a qualidade de vida dos indígenas que lá habitam. Devemos entender, nós Senadores e o resto do Brasil, que os indígenas da região que citei convivem há mais de duzentos anos com a dita civilização. Eles têm vontade própria, sabem o que querem. Há índios que têm condição de ser presidente da Funai, pois já foram vice-prefeitos, vereadores. Nessa eleição, vão ter candidatas a prefeito dos municípios. Então, não precisa ter uma pessoa de olhos azuis ou verdes falando no ouvido deles o que é para eles dizerem. Entre os lanomâmis, existem professoras indígenas formadas pelas missionárias das Missão Evangélica da Amazônia, ONG religiosas atua há mais de quarenta anos, naquela região. Eles têm vontade própria. Lá quem mais fala é o Davi, que é o mais famoso, porque ele é realmente uma estrela. Quando vai fazer conferência, ele fala como índio de filme americano, mas quando fala conversa conosco, conversa como nós, não há nada diferente. Ele faz aquele teatro porque ele é orientado pelas duas ONGs, que recebem R\$24 milhões para tratar da saúde dos indígenas. Entre os ianomâmis 160 crianças, em mil, morrem antes de completar um ano. As estatísticas, às vezes, aparecem deturpadas, mas no Ministério da Saúde está registrado dessa forma. Eu só queria deixar bem claro que os meus irmãos índios sabem o que querem. Então, não é preciso ninguém dizer o que eles querem ou do que precisam. Estou aqui falando por eles, porque ouço os índios, convivo e trabalho com eles há mais de trinta anos. Sou médico das comunidades indígenas há muito tempo. Sempre trabalhei com eles. Gostaria de fazer aqui uma

pergunta que creio nunca ter sido respondida por ninguém: por que todas as áreas indígenas do meu Estado são plotadas, são alocadas, em cima de reservas minerais? Não existe nenhuma área indígena onde não haja minério. Onde há tálio, vanádio, urânio, ferro, existe área indígena. A Raposa-Serra do Sol, tão propalada, é uma das áreas de provável província de petróleo no meu Estado. Então, é isso que pergunto. Não sei se é uma estratégia do País, dos Governos, reservar as áreas para eles, mas sei que isso entrava o desenvolvimento. Lá em Roraima, poucas pessoas são donas da terra em que vivem, inclusive na cidade a situação fundiária não é resolvida. No entanto, agora tenho esperança de que esse problema seja resolvido porque, pela primeira vez, um Ministro de Estado, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, visitou todas as comunidades. E essa comissão a que o Senador Mozarildo se referiu nunca tinha sido formada. Éramos tratados como desiguais, recebíamos o mesmo tratamento dado aos filhos da pobreza daqui. Roraima é também o Estado filho da pobreza. Neste Governo tenho esperança de que encontraremos solução para o nosso problema. Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Augusto Botelho. Quanto à política indigenista no País, gostaria de lembrar que a população indígena no Brasil é majoritária e coincidentemente localizada na Amazônia, mas existem Estados, como, por exemplo, Pernambuco, que têm uma população indígena considerável, e Mato Grosso do Sul, que possui a segunda maior população indígena do Brasil.

De modo geral, nós da Amazônia é que convivemos com esse debate permanente. O Senador João Capiberibe e eu convidamos o ex-presidente da Funai a comparecer à Subcomissão da Amazônia do Senado, e, coincidentemente, V. Ex<sup>a</sup> estava presente, porque ele disse na Câmara dos Deputados que existiam máfias que estavam controlando a Funai e atrapalhando o funcionamento dela. Li o jornal da Câmara e vi que ele não citou sequer um nome, não deu uma pista capaz de levar o Congresso ou a Polícia Federal a identificar essas máfias e combatê-las, a fim de proteger os índios e a Funai da ação delas.

Considerarei muito irresponsável o ex-presidente da Funai, que, além daquele depoimento, demonstrou, acima de tudo, ser um homem radical, talibânico. Ele chegou a insinuar – pedirei à Mesa o depoimento desse ex-presidente – que na questão das reservas indígenas, os Senadores estavam negociando com o

Governo Federal o voto para a emenda da reforma da Previdência e para a reforma tributária.

É preciso ter seriedade nos debates. Quando a pessoa tem razão a respeito de um tema, não necessita exagerar nem fazer escândalo, porque, se tiver razão, esta virá naturalmente. Por isso, o que proponho é exatamente este debate, que, no meu **feeling**, demonstra o seguinte: agora, pela primeira vez, um Ministro da Justiça, como disse V. Ex<sup>a</sup>, leva a sério o problema. Demonstrou isso quando foi lá e ouviu todos os lados envolvidos. É bom que se frise que existem várias etnias de índios, que pensam diferente. A famosa região chamada Raposa-Serra do Sol – há aquela história de que uma mentira repetida várias vezes termina parecendo verdade –, parece até que é uma região só, quando não o é. É uma região muito distinta: há uma área próxima de Normandia e outra do outro lado. Há uma distância enorme entre uma e outra, onde convivem várias etnias que têm não só religiões diferentes, como também costumes e pensamentos distintos.

Absurdamente, das cinco ou seis entidades existentes naquela região, apenas uma é ouvida, qual seja, o Conselho Indígena de Roraima. As outras entidades, como a Sodiur, Arikon, Alidcir não são sequer ouvidas. Mas agora, pela primeira vez, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ouviu-as e teve oportunidade de perceber o sentimento de cada uma delas. Ao mesmo tempo, tenho esperança fundadas de que o novo presidente da Funai, que para lá foi com uma clara recomendação do Ministro de fazer com que a Funai seja reconstruída, para prestar serviços de assistência, de defesa do índio, e não agirem como de procuradores, sem procuração, desses índios. Há pessoas que vivem até da exploração do tema e da imagem do índio e que, na prática, não se interessam de maneira honesta pela saúde, pela educação, pela moradia, enfim, pela melhoria da qualidade de vida do indivíduo índio.

Precisamos, portanto, desmistificar, tirar as ideologias desse debate e encará-lo de uma maneira, primeiro, nacionalista, precisamos transformar essa política indígena do Brasil em política do próprio País e não de organizações não governamentais internacionais que estão a serviço, muitas vezes, de interesses obscuros, para não dizer outra coisa.

É preciso nacionalizar a política indigenista do Brasil e dar ao órgão responsável por esse controle, a Funai, uma característica de entidade pública que leve a sério o seu trabalho.

Aqui quero reiterar a minha defesa de que o próximo presidente da Funai seja um índio, Sr. Presiden-

te, porque nunca vi uma entidade em defesa dos negros presidida por um branco ou uma entidade em defesa das mulheres presidida por um homem. Portanto, não há sentido que uma entidade que busca defender a causa indígena ser sempre presidida por alguém que não seja índio. Não há na história da Funai, procurando até mesmo no SPI, o registro de um só presidente que tenha sido um índio. Isso não tem lógica. Por isso espero que o próximo presidente da Funai possa ser um índio, e para tanto temos dezenas deles que preencheriam todos os requisitos, inclusive muitos com curso superior.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Por permuta realizada com este Senador, passo a palavra ao nobre Parlamentar Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o melhor ensinamento diz que os direitos humanos preexistem à ordem positiva, portanto, anteriores à própria Constituição, sendo, ainda, imprescritíveis, inalienáveis, absolutos, auto-aplicáveis e com eficácia para todos.

Os direitos humanos são anteriores e superiores à própria noção de Estado.

O ordenamento jurídico pátrio, através das garantias constitucionais e dos direitos fundamentais, protege as liberdades, limitando o poder de tributar, que deve agir apenas no espaço aberto pelos direitos humanos.

Desse modo, o poder fiscal deve ser constituído no espaço aberto pelas imunidades e privilégios, cabendo observar que a Constituição brasileira, em seção denominada “das limitações do poder de tributar”, contém o núcleo essencial da cidadania fiscal.

Ressalte-se que, geralmente, os direitos humanos se expressam por meio de princípios, sendo vários deles expressos na Constituição Federal, como é o caso dos princípios da igualdade, da anterioridade, da legalidade, da livre iniciativa e da livre concorrência, entre outros.

Sr. Presidente, a questão crucial dos direitos humanos é valorizar o poder do cidadão, limitando o poder dos governantes, impedindo o caráter autoritário de certos regimes políticos.

O cidadão brasileiro, apesar de jamais ter tido tantos instrumentos para a manifestação de seus anseios, como são os previstos na Constituição Federal, continua sem conseguir efetivar alguns direitos fundamentais previstos na Carta Magna. Desse modo,

grande vem sendo a dificuldade de fazer valer direitos, estes reconhecidos como direitos humanos, principalmente quando no outro pólo da relação jurídica situa-se o Estado, o Poder Público.

A restrição de algumas capacidades, muitas vezes impostas pela vontade individual ou de algum grupo econômico ou político, que se sobrepõem ao da coletividade, do povo, restringe ideais como o de *liberdade e igualdade*.

Sr. Presidente, o que verificamos no Brasil é que, apesar das garantias constitucionais e dos direitos fundamentais previstos no Texto Fundamental de 1988, em um primeiro momento, percebe-se que estes são muito mais uma concessão dos poderosos, quem detêm o poder, do que da grande parte dos cidadãos do Brasil.

Entender o direito do cidadão apenas por uma expectativa econômica, como é o caso do direito do consumidor, é deixar de considerar que a cidadania, em sua expressão moderna, tem, entre outros desdobramentos, o de ser cidadania fiscal.

Para que não sejam violados direitos fundamentais do contribuinte, torna-se necessária a valoração de princípios como o da igualdade, o da liberdade, o da capacidade tributária, o da dignidade da pessoa humana, o da anterioridade e o da legalidade estrita, entre outros.

Em um país como o Brasil, que, na busca de recursos financeiros através de um sistema tributário confuso e injusto, atinge uma carga tributária que se situa acima dos trinta pontos percentuais do PIB, não há como admitir-se que seus cidadãos não possam usufruir pelo menos de um eficiente sistema de saúde, saneamento, educação e previdenciário. Contudo, o que a realidade mostra é que, neste País, serviços mínimos, necessários para o desenvolvimento do ser humano, não funcionam como deveriam ou simplesmente não existem.

Levando-se em consideração que o Estado não dá contraprestação decente em áreas essenciais para o desenvolvimento humano, tem-se que se contestar a legitimidade da Administração quando impõe uma carga tributária tão elevada e tão injusta.

Para países como o Brasil, que não disponibilizam de forma decente os meios necessários para o desenvolvimento humano, assim como não possuem uma distribuição de renda justa, faz-se necessário que sejam, no mínimo, aplicados, quanto à tributação, princípios como o da capacidade contributiva e o da dignidade humana.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com relação ao tema, não pode ser deixado de fora o problema do mínimo existencial – e V. Ex<sup>a</sup> é um dos que lutam muito por ele –, que, apesar de difícil definição, confundindo-se com a própria definição de pobreza, parte da idéia do mínimo necessário para salvaguardar uma existência humana mais digna, um salário mais digno para as pessoas.

O mínimo é direito subjetivo protegido negativamente contra a intervenção do Estado e, ao mesmo tempo, garantido positivamente pelas prestações estatais. Diz-se, pois, que é direito de **status negativus** e de **status positivus**, sendo certo que não raro se convertem uma na outra ou se complicam mutuamente a proteção constitucional positiva e a negativa.

O mínimo existencial ainda postula “prestações positivas de natureza assistencial”. Contudo, tais prestações têm caráter subsidiário, uma vez que o Estado somente estará obrigado a cumpri-las quando o sistema de seguridade público ou privado falhar, deixando o cidadão sem meios indispensáveis para a sua sobrevivência.

Cabe lembrar que, apesar de declarações, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e a Constituição nacional, estabelecerem que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, entre outros, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” e ainda prever casos de imunização contra a incidência de tributos, muito pouco se está fazendo para efetivar essas normas e quase nada tem sido realizado com relação ao desenvolvimento do povo brasileiro.

Dessa forma, torna-se de difícil compreensão o porquê de um país como o Brasil, apesar de gozar de uma imensa riqueza mineral, de um grande potencial energético e hidrográfico, de uma grande diversidade biológica, invejada por inúmeros países desenvolvidos, de uma vastidão de terras à espera para produzir e de uma boa legislação voltada aos direitos humanos, tanto na área constitucional como na infra-constitucional, continuar a conviver com milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR)** – Senador Augusto Botelho, V. Ex<sup>a</sup> pode me conceder um aparte?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR)** – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR)** – Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, porque realmente, quando se discute a questão de tribu-

tos neste País, é preciso começar a pensar mais no contribuinte. Tem-se pensado muito, e até com certa justiça, nos Municípios, nos Estados e muito mais na União. Ao longo do tempo, a União vem concentrando recursos em suas mãos, o que, no meu entender, é um fator negativo para o equilíbrio federativo e para a própria existência da Federação. Mais grave do que isto é, realmente, a despreocupação com o contribuinte. Por exemplo, o assalariado, além de já ter descontado o imposto de renda na fonte, paga tributo em tudo, na alimentação, no remédio, no transporte, fora os tributos normais estipulados por lei. Então, na verdade, é preciso proteger mais o contribuinte, é preciso que o contribuinte tenha um tratamento igual ao dispensado, por exemplo, ao Estado arrecadador, porque hoje o Estado tem a primazia e há o pressuposto de que o cidadão é desonesto e o Estado é que é honesto. Então, eu acredito que o posicionamento de V. Ex<sup>a</sup>, a sua preocupação em humanizar a questão dos tributos do País é muito importante e oportuna quando estamos discutindo justamente a reforma tributária aqui.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É,** acho que este é um assunto que incomoda mesmo, porque até se esvazia o plenário quando se defende o cidadão diretamente. O cidadão é a pessoa mais importante. E eu estou aqui para exercer o meu mandato em defesa da pessoa, não de uma instituição financeira ou de um grupo econômico ou um grupo político. Fui eleito pelas pessoas mais humildes do meu Estado, pelos pobres, que agora estou chamando de “filhos da pobreza”, porque são pobres e filhos da pobreza também. Aprendi isso com a Senadora Heloísa Helena.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Heloísa Helena, a Constituição Federal brasileira busca assegurar uma série de direitos à pessoa, vários deles expressos em um conjunto de direitos fundamentais, assim como em outros de seus artigos, demonstrando um forte anseio social e voltada, principalmente em seu art. 1º, para a dignidade humana.

Contudo, cabe lembrar que, mesmo na ausência de tais previsões, esses direitos não poderiam deixar de ser considerados, pois nascem com o homem, preexistindo a própria Constituição. Deste modo, é imperioso reconhecer a existência e validade de um sistema de direitos fundamentais, voltado à pessoa, o qual serve de fonte de solução jurídica, como pressuposto de validade e como elemento de interpretação e integração das normas, assim como de fonte autônoma de solução jurídica.

O princípio da dignidade humana deve servir de diretriz tanto para o legislador como para a Administração na produção de sua política econômica e social, devendo ser observado também, quanto ao aspecto tributário, pelo Poder Judiciário, que deve atuar de forma a inibir qualquer violação ao citado princípio.

Se o ser humano coloca-se no topo da pirâmide evolutiva, por acreditar-se um ser racional, deve aprender a valorizar esse atributo que apenas ele possui, garantindo, para tanto, que seja assegurado a cada pessoa um mínimo necessário inviolável para resguardar sua dignidade, pondo fim às profundas e tristes desigualdades que cercam a sociedade, impedindo assim qualquer tratamento desumano, degradante ou limitador de seu desenvolvimento.

Levando-se em consideração o problema do mínimo existencial e do desenvolvimento das capacidades – pelo que tanto luta o nosso Presidente Paulo Paim –, torna-se imperativo considerar que o princípio da capacidade contributiva, previsto no art. 145 da Constituição Federal, deve ser entendido como uma diretriz obrigatória a guiar todo o ordenamento tributário, e não apenas os impostos (espécie tributária).

O princípio da capacidade contributiva busca alcançar a justiça tributária de forma que incorra em maior tributação o contribuinte de renda maior e em menor tributação o de renda menor, através de uma atuação progressiva. Contudo, como facilmente pode ser atestado, no Brasil muitas vezes isso não ocorre, o que faz com que não diminua o vergonhoso abismo existente entre as classes sociais.

O Professor Carraza, tecendo análise sobre o tema, lembra que o princípio da igualdade guarda íntima relação com o princípio da progressividade, e em decorrência disso eles devem atender o princípio da capacidade contributiva.

Por isso mesmo, a tributação por alíquotas fixas tende a contribuir com a desigualdade econômica, obrigando pessoas sem condições de contribuir a suportar um sacrifício injustificável; conseqüentemente, sem a progressividade, não há como atingir a igualdade tributária.

Em razão da imposição constitucional, assim como dos direitos humanos, não há como aceitar a tributação de contribuinte que depende de um mínimo vital para a sua sobrevivência ou para o desenvolvimento de suas capacidades.

Deste modo, a legislação não pode deixar de considerar que o contribuinte possui certos direitos decorrentes da própria natureza humana, sendo de-

feso a exoneração de recursos vitais para a manutenção do ser humano.

Não podemos tirar de quem tem menos, mas apenas dos que têm mais.

Partindo-se ainda da premissa de que o legislador pátrio deixou de definir qual seria o mínimo vital necessário para garantir a condição humana, deve o aplicador do Direito, quando diante do caso concreto, buscar tal definição através do apoio em estudos científicos relacionados com as ciências jurídicas, econômicas e sociais, para que não deixe de efetivar a aplicação de direitos a que fazem jus os contribuintes, principalmente os mais fracos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Registramos a presença entre nós do ex-Deputado Federal, com o qual tive a alegria de conviver na Câmara, Pedro Celso.

Ao mesmo tempo, se me permitem, cumprimento pelo aniversário o nobre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, que, com sua maestria, foi um dos articuladores para que a PEC nº 77 avançasse e fosse votada por unanimidade naquela Comissão. Faço a S. Ex<sup>a</sup> estes dois cumprimentos, pela articulação e pelo aniversário.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como todos sabemos, vivemos em um País com uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo. Essa carga chegou, em 2002, a 35,86% do PIB. Sentimos o efeito disso cotidianamente.

Mesmo que não houvesse nenhuma outra consideração, apenas essa constatação da carga tributária já seria suficiente para fazer-nos desdobrar nossos cuidados com a aplicação dos recursos obtidos por meio dos tributos.

O povo brasileiro paga muitos impostos, com o que financia a máquina do Estado. Nada mais legítimo que exija uma gestão correta dos recursos, uma aplicação justa e honesta que justifique essa carga, traduzindo em benefícios o que foi pago como imposto. Talvez nem sentíssemos tão gravemente o peso dessa carga se tivéssemos como resultado um retorno proporcional a ela.

No ano passado, foi promulgada a emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, a chamada CPMF,

até 31 de dezembro de 2004. E sabemos que ela vai continuar sendo prorrogada. Essa contribuição tem um peso na carga tributária que não é negligenciável: em 2002, a CPMF tinha uma participação de 4,28% na carga tributária bruta total.

E qual é a justificativa para a manutenção dessa contribuição? Segundo a Emenda à Constituição nº 37, que a prorrogou, a maior parte dos recursos auferidos com a CPMF vai, pelo menos até este ano, para o Fundo Nacional de Saúde. Outra parte vai para a Previdência. E, finalmente, uma pequena parte, para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A CPMF justifica-se, portanto, como meio de financiamento dos programas sociais do Governo.

A questão agora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é saber se o cidadão, lá na ponta, auferes os benefícios dessa contribuição. Se a contribuição não retorna na forma de benefícios, perdemos nossa justificativa e ficamos sem razão, apenas mantendo, arbitrariamente, mais um tributo que se perde no desperdício das más gestões. É claro que já vem de muito tempo esse sistema na distribuição dos recursos da CPMF.

Infelizmente, não é incomum que recebamos queixas de cidadãos quanto à ineficiência do sistema público de saúde. O que estará acontecendo? Recursos há, pois, por sua natureza, a CPMF é dificilmente sonegada. Serão os recursos ainda pouco para a enormidade do problema? Ou será que estamos apenas diante de mais um caso de má gestão dos recursos públicos?

Gostaria de apostar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o problema maior é de gestão. Devemos nos esforçar para tornar mais eficaz a aplicação desses recursos.

De que modo isso poderia ser feito? Nada mais natural do que seguir o exemplo de programas que já demonstraram verdadeiro sucesso. Penso, por exemplo, Sr. Presidente, no Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como Programa da Merenda Escolar, um de nossos programas sociais mais antigos nas áreas de educação e de nutrição. Há alguns anos, esse programa é gerenciado de forma descentralizada. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa recursos diretamente às entidades executoras nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios. E são as unidades escolares, as escolas públicas estaduais e municipais de ensino pré-escolar e fundamental, as responsáveis últimas pela operacionalização do programa.

Há claras vantagens associadas a essa gestão descentralizada. As decisões tomadas mais proxima-

mente àqueles que serão afetados por elas têm maior chance de serem acertadas. Além do mais, a descentralização reforça a responsabilidade da comunidade que vai receber os benefícios da aplicação dos recursos, servindo, assim, de estímulo à própria vida comunitária. Depois, com cada instância gerindo montantes menores de recursos, os riscos de desvios tendem a diminuir também. E mesmo quando ocorrem, não é difícil caracterizá-los, por estarem localizados e seus efeitos podem ser mais facilmente controlados. Finalmente, a fiscalização torna-se mais efetiva quando dela participam aqueles a quem os resultados do programa afetam diretamente.

Certamente, a descentralização pede que tomemos alguns cuidados especiais. É preciso que haja um sistema adequado de acompanhamento e monitoramento do programa, para que a descentralização não se torne desarticulação. É preciso também que se tenha um cuidado especial em capacitar as pessoas que vão estar diretamente responsáveis por gerir o programa, em última instância.

No caso mesmo que tomei como exemplo – o da merenda escolar –, pesquisas indicam que há diferenças de resultados em função do tipo de descentralização praticado. A municipalização é, freqüentemente, mais eficiente do que a escolarização. O sistema municipalizado, em que as Prefeituras recebem e usam os recursos, distribuindo os alimentos pelas escolas, geralmente conta com uma estrutura própria, enquanto no sistema escolarizado é o próprio diretor da escola, muitas vezes já sobrecarregado com suas funções pedagógicas e administrativas, que é o gestor.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é nosso dever zelar para que a confiança do público depositada em nós seja honrada. Parte importante dessa confiança reside em que os recursos com que se financia o Estado sejam usados de forma adequada para realizar as finalidades daqueles que justamente o financiam, ou seja, do próprio povo. O cuidado com a aplicação desses recursos é, assim, um elemento fundamental na garantia dessa confiança.

Eu quis apenas, Sr. Presidente, em rápidas palavras, lembrar um modelo que, mesmo devendo ser ainda aprimorado, aponta direções interessantes. Aplicado à merenda escolar, tem tido bons resultados, o que nos anima a pensar que, aplicado a outros domínios, como o da saúde, poderia, igualmente, ser bem-sucedido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao 2º Vice-Presidente desta Casa, o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e ao Líder do meu Partido, Senador Arthur Virgílio, pela cessão do tempo da Liderança do PSDB. Quero cumprimentar os telespectadores da TV Senado; os ouvintes da Rádio Senado FM e também da Rádio Senado Ondas Curtas; os jornalistas do Jornal do Senado e da imprensa em geral que cobre os trabalhos da Casa; e os populares presentes a esta sessão de sábado do Senado Federal.

Aproveito este curto espaço na sessão de hoje, Sr. Presidente Paulo Paim, Senador Augusto Botelho, Senador Edison Lobão, Senadora Heloísa Helena, para abordar um assunto que é, sem dúvida nenhuma, o tema do momento e da emoção nacional, como já foi um dia o tema da pena de morte. O episódio recente do assassinato de dois jovens em São Paulo, lamentável, triste e que causou comoção nacional, acabou levando a sociedade brasileira a uma tomada de posição que, se colocada em votação há alguns anos, teria aprovado a pena de morte. Se fizermos hoje um plebiscito sobre a diminuição da idade penal, retirando a imputabilidade de quem tem dezesseis anos, seria aprovada pela maioria da população brasileira, que está estarecida com a onda de violência.

Mas será que não há nada a fazer antes disso?

Senadora Heloísa Helena, se tivéssemos implantando a pena de morte no País, V. Ex<sup>a</sup> imagina que alguém da classe média, algum filho de rico, alguém das classes mais abastadas seria condenado? Será que, se aprovássemos a redução da idade penal para 16 anos, mudaria alguma coisa? Será que o filho de alguém da classe média, o filho de um funcionário público, de um juiz, de um Senador, de um Deputado, seria condenado? Há alguém nessa condição efetivamente na cadeia? Ou será que os que estão apodrecendo nas cadeias públicas, nos Cajés, nas Febems, são os filhos daqueles que nada têm, que não têm nenhum direito adquirido, que não têm nome, sobrenome ou certidão de nascimento?

Já disse aqui da tribuna, Sr. Presidente, que o Brasil avançou tanto, por exemplo, no registro de veículos automotores, no Renavam, que, se um carro for abandonado do Oiapoque ao Chuí, em cinco minutos de pesquisa, pela rede integrada de computadores, será localizado o seu proprietário, os seus ex-proprietários, as suas condições, número de chassi, número de série, ano de fabricação. Mas deixem uma criança

na rua, em qualquer cidade brasileira, que ela passará um, dois, três dias, e ninguém vai até ela para saber de onde veio e por que está naquela condição.

Então, Sr. Presidente, gostaria de trazer à reflexão um programa implantado no Tocantins, modesto, proporcional ao orçamento do Estado, mas que existe desde o nascimento do Tocantins. É um programa chamado Pioneiros Mirins, que inscreve um percentual dos habitantes de todas as cidades do nosso Estado de 7 a 14 anos. Um segundo programa, o Força Jovem, abrange jovens de 14 a 17 anos; e um terceiro, que é o próprio programa Bolsa Emprego, que já existe no Tocantins há bastante tempo e está funcionando. Não houve alarde, não houve uma grande peça publicitária sobre isso, mas efetivamente o programa funciona.

O programa consiste em uma bolsa complementar que impede que as crianças trabalhem ou deixem de freqüentar a escola ou mesmo vão às ruas. São 42 mil crianças, apenas em Tocantins. Um programa desse tipo em nível nacional atingiria, se consideramos a mesma proporção do Tocantins, mais de 5 milhões de crianças.

O Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi muito importante, retirou muitas crianças do lixão. Também o Programa Bolsa Escola, do Ministro Cristovam Buarque, foi importante.

Há tanto a ser feito, Sr. Presidente! Deveríamos banir as Febems e substituí-las por programas de recuperação em escolas ou em projetos que abrigassem os jovens em reformatórios eminentemente educativos, pedagógicos, com medidas de reintegração.

Eu posso estar adotando uma posição absolutamente impopular. Mas entendo que devemos pensar profundamente, refletir muito sobre a questão, antes de imaginar como medida imediata a ser tomada a condenação de jovens a partir dos 16 anos.

Os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Edison Lobão conviveram com o ex-Governador Siqueira Campos e devem se lembrar que ele apresentou, pelos idos de 1974, 1978, um projeto de lei que concedia Carteira de Habilitação aos 16 anos, com autorização e responsabilidade dos pais para eventuais acidentes, e com uma série de medidas acompanhando. O projeto foi aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, mas foi vetado pelo Presidente da República de então. Posteriormente, veio a aprovação do voto aos 16 anos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que esta Nação imaginasse uma série de outras medidas para os jo-

vens de 16 anos, 14 anos, 13 anos, 10 anos, 8 anos. Por exemplo, em vez de pensar em mudar a questão da imputabilidade para os 16 anos, vamos pensar em algo arrojado, corajoso: vamos proibir crianças de estarem nas ruas. É dever do Estado, do Município e da União impedir que a criança fique na rua. Isso vai custar caro? Vai custar caro. Mas será efetivamente mais barato para o País, para nós, como sociedade, como Nação, não submetermos nossos pobres, nossos desconhecidos, nossos não-representados, os sem direito adquirido, os sem CPF, os sem certidão de nascimento, à condenação, seja a da pena de morte ou mesmo a da imputabilidade com a sua redução.

Vou terminar o meu discurso, Sr. Presidente, até porque é minha obrigação, como membro da Mesa, respeitar o tempo, mas eu não gostaria de deixar de ouvir o Senador Augusto Botelho, que me sinalizou para fazer um aparte nesta breve comunicação de liderança.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Eu gostaria de endossar o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, mas quero apenas fazer uma atualização geográfica. O Monte Caburaí está a 84 quilômetros a mais ao norte do que o Oiapoque. Então, o extremo norte do País está situado no Estado de Roraima, no Monte Caburaí. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Criamos algumas expressões nacionais e sempre se fala “do Oiapoque ao Chuí” numa referência ao território nacional inteiro. Acolho, portanto, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> como uma contribuição ao meu discurso, e imaginemos todas as crianças, do Monte Caburaí ao Chuí, todas elas, engajadas em um programa educativo, não num Brasil da pena de morte, da condenação, do abandono da infância, causa pela qual a nobre Senadora Patrícia Gomes chega a esta Casa como uma das principais defensoras, o que nos faz ter a esperança de que encontraremos outras medidas para diluirmos a comoção nacional em temas como o da pena de morte, à qual sou absolutamente contrário, Sr. Presidente.

Ouçõ a Senadora Patrícia Gomes, para finalizar meu pronunciamento.

**A Sr<sup>a</sup> Patrícia Saboya Gomes** (PPS – CE) – Senador Eduardo Siqueira Campos, a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente tem buscado se comprometer com a discussão do assunto. É verdade, como V. Ex<sup>a</sup> disse, que há uma comoção muito grande e, de certa forma, uma pressão por parte da sociedade, com uma razão muito justa, no que diz respeito à violência e à insegurança. Mas, por outro lado, é preciso fazer uma discussão sobre esse tema,

não superficial, como alguns pretendem propor. Será justo penalizarmos mais uma vez nossos jovens, nossos adolescentes, nossas crianças, que, na maioria das vezes, não tiveram a oportunidade de uma boa escola, sequer de um teto ou de um abrigo, e que preferem muitas vezes a busca de uma aventura na rua? Até é normal que o adolescente – e este é o seu perfil – tenha a necessidade de descobrir coisas novas. Portanto, nós, da Frente Parlamentar, queremos fazer esse debate sobre redução ou não da maioria penal, queremos abraçar a causa em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas não concordamos que, num país com tantas dificuldades, com tantas desigualdades, onde as crianças e adolescentes acabam sendo o segmento mais vulnerável e mais frágil da sociedade, seja justo que procuremos uma saída tão simples, tão curta, como se isso fosse resolver o problema da violência e da insegurança, que infelizmente tem tomado conta das pequenas, médias e grandes cidades. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> traz hoje um tema de fundamental importância. Adianto que tenho preparado uma correspondência a todos os nossos Pares, para que possam ler algumas das razões por que não somos favoráveis à redução da maioria penal. É preciso dar, em vez de punição, uma oportunidade. E aqueles casos excepcionais precisam ser tratados como casos excepcionais. Não podemos, de forma alguma, generalizar. Portanto, parabéns V. Ex<sup>a</sup> por trazer a esta Casa um tema tão importante e fundamental para o nosso País.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Agradeço o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Patrícia Gomes.

O Brasil está mudando e tem que mudar para melhor. Como fruto de crimes cometidos, já há juiz, ex-Governador e ex-Parlamentar na cadeia. Temos que continuar mudando o Brasil, mas para melhor, porque, implantada a pena de morte ou a redução da maioria penal, estariam lá, seguramente, os pobres e os que já não têm nenhum direito neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Esta Presidência justifica que cedeu um tempo maior para o nobre Vice-Presidente, até porque S. Ex<sup>a</sup>, muitas vezes, preside a sessão e não tem a oportunidade de falar. Então, foi uma exceção justa, naturalmente também pela qualidade do seu pronunciamento.

Passamos a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, merece constar de nossos Anais a comemoração dos 40 anos da TV Difusora do Maranhão.

A primeira a ser implantada na capital do meu Estado – cuja festiva inauguração, a 9 de novembro de 1963, foi prestigiada pelo saudoso Ministro Abelardo Jurema –, a TV Difusora do Maranhão sempre persistiu no seu propósito de divulgar e valorizar os assuntos e imagens vinculados às raízes maranhenses. Cresceu como empresa, e, nos dias atuais, sua programação é veiculada em quase todo o Estado, atingindo comunidades que não recebiam sinais de televisão. Para isso, mantém uma vasta rede retransmissora, oferecendo imagens e textos com alto aprimoramento técnico.

Para os maranhenses, portanto, é motivo de júbilo a comemoração que hoje assinala as quatro décadas da TV Difusora. Seus dirigentes e funcionários merecem os nossos aplausos pelas realizações que tanto contribuem para o conagraçamento e o desenvolvimento social e econômico do Maranhão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador Eurípedes Camargo.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o tema que me traz a esta tribuna é também ligado à questão social do menor, da criança e do adolescente, muito bem mencionada pelo orador que me antecedeu, Senador Eduardo Siqueira Campos. Trago também algumas preocupações, dentro da mesma visão de S. Ex<sup>a</sup>, acrescentando alguns dados à discussão. A Senadora Patrícia Saboya Gomes, que participa de uma CPI que trata da exploração sexual de crianças e adolescentes, manifestou, em seu aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos, a sua posição em relação a essa questão. O tema tem prevalecido nesta manhã, tratado com muita propriedade por vários Colegas neste plenário, e trago aqui a minha contribuição.

Temos assistido, nos últimos dias, a um intenso debate sobre a redução da maioria penal. Eu gostaria aqui de registrar o meu posicionamento contrário

a essa alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Temos vivido tempos difíceis. A violência crescente causa temor e indignação em todos nós, mas devemos ter o cuidado de não nos deixar levar apenas pela comoção, sob pena de condenarmos nosso futuro.

Aos que querem fazer crer que a criminalidade juvenil aqui é maior que em outros lugares, eu gostaria de lembrar que, no Japão, onde a rede de proteção social é incomparavelmente maior que a nossa, os jovens representam 42,6% dos infratores, enquanto no Brasil a participação dos jovens na criminalidade está em torno de 10%. Ainda assim, a idade penal no Japão é de 20 anos.

Cito também uma pesquisa da ONU que revela que os países que definem adulto como pessoa menor de 18 anos são minoria.

A valorização dos direitos humanos é uma conquista civilizatória, e comungo com os que consideram que alguns valores, como o direito à vida, são universais e pétreos.

No Brasil, há uma “onda jovem”, com um enorme contingente da população na faixa de 12 a 18 anos de idade. São cerca de 23,3 milhões, segundo o IBGE, o que corresponde a 15% dos habitantes do País.

Dados coletados em pesquisa do IPEA revelam que nossa capacidade de oferecer proteção a esses jovens é extremamente precária, com 17,5% deles estudando e trabalhando, 7,5% só trabalhando e 9% não estudando nem trabalhando. Esses 9% que estão ociosos, sem expectativa de futuro, representam dois milhões de adolescentes.

A perversidade de nossa organização social vai além, pois um adolescente da raça negra tem o dobro de probabilidade de ser pobre, 54%, enquanto, para um branco, essa probabilidade cai para 27%. São dados que não são imaginários e nem fora da realidade; são dados estatísticos e cientificamente comprovados. Dos adolescentes privados de liberdade, 62% não são brancos.

A desigualdade de oportunidades revela-se também quando tratamos da educação desses adolescentes, pois 51% dos jovens não freqüentavam a escola quando praticaram o delito – portanto, outro dado revelador das mazelas sociais do nosso País. Entre os adolescentes internos, 89,6% não concluíram o ensino fundamental, e 6% são analfabetos.

Entre os que trabalhavam quando praticaram o delito, 40% estavam no mercado informal, e 49% não trabalhavam.

A concentração de renda em nosso País, uma das maiores do mundo, reforça essa tragédia social, pois 66% dos adolescentes privados de liberdade viviam em famílias cujo rendimento mensal varia de menos de um salário mínimo até dois salários mínimos por família, o que é absolutamente insuficiente para garantir a satisfação das necessidades básicas.

Parece-me ficar evidente que o crime praticado por adolescentes está vinculado à desigualdade social, ao não exercício da cidadania e à ausência de políticas de proteção social.

Por outro lado, as instituições de internação apresentam condições que não favorecem e diria até mesmo que nem permitem qualquer tipo de recuperação. Para ilustrar, cito o depoimento de um interno em uma instituição no Rio de Janeiro que relata trocar de roupa apenas duas vezes por semana, dormir em roupas de cama que nunca são trocadas, o que provoca coceira proveniente da sujeira. O banho, quando permitido, é feito em caneca.

Dos adolescentes internados, 81% viviam com a família na época em que cometeram o delito, e a grande maioria dos adolescentes, internos ou não, atribui enorme importância à família, o que remete para a importância de políticas públicas voltadas para o atendimento do núcleo familiar.

Políticas de emprego, educação e qualificação profissional são fundamentais para o combate a essa situação de injustiça e para o efetivo ataque à violência.

Outro dado relevante é o fato de que a reincidência no sistema carcerário é superior à taxa nas instituições juvenis.

Reconheço toda a legitimidade dos que se indignam com a brutalidade e me solidarizo com o sofrimento de todas as vítimas da violência. Contudo, devemos buscar a construção de um país com igualdade de oportunidades.

Nosso amor precisa ser grande o suficiente para proteger nossos jovens. Aí está o nosso futuro.

Há maior pobreza nas famílias dos adolescentes não brancos do que nas famílias dos adolescentes brancos, ou seja, cerca de 20% dos adolescentes brancos (21% meninos e 23,8% meninas) vivem em famílias cujo rendimento mensal é de até dois salários mínimos, enquanto a proporção correspondente de adolescentes não brancos que vivem em famílias com até dois salários mínimos é de praticamente o

dobro, ou seja, cerca de 40% (39,8% meninos e 42,3% meninas).

Enquanto aproximadamente 40% dos adolescentes brancos (43,6% meninos e 41,4% meninas) estão em famílias com faixa de renda mensal superior a cinco salários mínimos, apenas 18% dos adolescentes não brancos vivem em famílias nessa situação de rendimento mensal.

No entanto, nas famílias sem rendimento mensal ou com rendimento de até um salário mínimo, encontram-se em torno de 6% de adolescentes brancos (6,4% meninos e 7,9% meninas), enquanto a proporção de adolescentes não brancos correspondente a essa faixa de rendimento é o dobro do universo de adolescentes brancos (13,3% meninos e 15,7% meninas).

As disparidades nos rendimentos mensais entre adolescentes brancos e não brancos são marcantes em todas as faixas, independente do sexo.

Essa é uma questão árida, mas eu trouxe outras informações no que diz respeito a essa exclusão com relação ao campo educação. Sei que a estatística é maçante, mas trago aqui mais uma vez um outro enfoque, no plano educacional, que se apresenta como a somatória do processo da exclusão e da desigualdade, que vai perpetuando o quadro, se não estivermos atentos a esses dados.

Trata-se de um trabalho também estatístico que aborda o problema das crianças fora da escola. Esse problema, que é, repito, a somatória desse processo, revela dados dessa desigualdade, mostra a exclusão, que é também seletiva de certa forma. Não é apenas uma exclusão social, pois apresenta seleção por raça.

Os dados foram colocados nesse primeiro relatório, mas, no cômputo geral, a questão educacional também apresenta situações muito graves.

Quero divulgar a campanha de mobilização e as ações que começam a ser implementadas pelo Ministério da Educação, no âmbito do Programa de Inclusão Educacional.

A tarefa é identificar cada uma das crianças fora da escola e os motivos familiares e também criar as oportunidades para que ingressem, permaneçam e tenham sucesso escolar.

A estatística da exclusão educacional brasileira revela que cerca de 1,5 milhão de crianças estão fora da escola. Os dados fazem parte do Mapa da Exclusão apresentado nessa quarta-feira pelo Ministro da Educação Cristovam Buarque.

O levantamento faz parte do Programa Escola de Todos, que será implementado pela Secretaria de Inclusão Educacional – Secrie, do Ministério da Educação. Iniciado como um projeto-piloto no Município de Orobó, em Pernambuco, o programa Escola para Todos vai cadastrar todas as crianças que estão fora da escola, até março de 2004, nos 100 Municípios que integram o Fome Zero e nos 35 que aderiram ao programa Escola Ideal. O cadastro será realizado numa parceria entre o Ministério e as Prefeituras.

Uma vez identificada cada criança, o programa dará início, na seqüência, às ações de inclusão educacional, que serão implementadas para garantir a permanência da criança na escola. Um dos instrumentos será o programa Bolsa-Família, ao qual se agregam diversos programas desenvolvidos pela Secretaria de Inclusão Educacional, como as ações educativas complementares e outros projetos desenvolvidos em parceria com as áreas sociais do Governo Federal.

Diagnóstico.

Segundo o Instituto Nacional dos Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, que montou o Mapa da Exclusão Escolar, com base em microdados do Censo Demográfico 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a clientela de 7 a 14 anos, em 2000, era de 27.188.217 nos 5.507 Municípios existentes na época. Desse total, 1.495.643 crianças estavam fora da escola por abandono ou por não ter feito a matrícula, o que corresponde a 5,50% dos estudantes nessa faixa etária.

No levantamento feito por região, o IBGE constatou que o Nordeste ocupa o primeiro lugar na exclusão escolar. Lá, 614.861 crianças não freqüentavam a escola em 2000, o que corresponde a 7,14% dos alunos na faixa de 7 a 14 anos; em segundo lugar vem o Sudeste, com 385.948 estudantes excluídos (3,70%); em terceiro vem a Região Norte, com 279.665 excluídos, o que corresponde a 11,16% dos alunos na faixa etária; em quarto lugar, a Região Sul, com 131.881 alunos fora da escola, o que corresponde a 3,51%; e, em último lugar, o Centro-Oeste, com 83.188 alunos, o que significa 4,46%.

O Mapa da Exclusão traz, ainda, um quadro da população escolar da faixa de 7 a 14 anos por Estado, macrorregião e por Municípios, além do número de crianças que estavam fora da escola em 2000 e o percentual.

Aqui, tenho os dados que demonstram, Estado por Estado, o número da população fora da escola e o seu percentual, sendo que o Distrito Federal tem o

menor índice de crianças fora da escola (2,38%). O Estado com maior índice, 16,3%, é o do Acre.

O levantamento inclui as crianças que não estão matriculadas ou não freqüentam, não permanecem e não concluem o ensino fundamental.

Como podemos observar com esses dados é que estamos longe da universalização do ensino básico.

O Município de Orobó, escolhido pelo MEC para testar o projeto-piloto de identificação das crianças de 7 a 14 anos que não freqüentam as aulas, tem 35 escolas de educação fundamental, sendo 33 delas localizadas na zona rural. Nas visitas realizadas pelo Ministério da Educação, de casa em casa, a realidade preocupou, e os motivos de abandono e de exclusão escolar refletem a situação de outros locais no País.

Com o programa anunciado, venho parabenizar o Ministério da Educação pela iniciativa, esperando que essa empreitada, na busca de soluções para o quadro de exclusão escolar e de desigualdades de oportunidades em nosso País, venha a ser cumprida com o sucesso que a matéria merece.

São esses os dados, muito bem aqui registrados pelo Senador Eduardo Siqueira Campos e pelos apertes da Senadora Patrícia Saboya e do nosso Senador e médico, que trata essa questão com muita propriedade, inclusive também registrando aqui a questão geográfica do nosso País, os seus marcos geográficos. Mas essa é uma realidade constatada, infelizmente, e temos muito o que trabalhar para que essa situação deixe de ser essa triste realidade para se tornar um marco do desenvolvimento.

Com muito prazer, concedo um aparte à nobre Senadora Patrícia Saboya, que tem essa preocupação no dia-a-dia do seu mandato.

**A Sr<sup>a</sup> Patrícia Saboya Gomes (PPS – CE)** – Antes de mais nada, Senador Eurípedes Camargo, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que traz a esta Casa, da mesma forma que o fez o Senador Eduardo Siqueira Campos, sobre um tema no qual tenho me debruçado na minha trajetória de vida, política e pessoal, até pela minha formação, buscando defender direitos de crianças e adolescentes. Estou convencida de que o problema que V. Ex<sup>a</sup> traz a esta tribuna é o mais grave de todos, a causa de todos os males, qual seja o drama das meninas e meninos que são vítimas da exploração sexual neste País. Temos constatado isso na CPMI que tem buscado investigar essas redes de exploração sexual. E a sociedade, pela comoção, como disse há pouco, devido à violência e à insegurança, busca uma alternativa. Alguns

acreditam que reduzindo a maioria penal resolveremos o problema da violência. Na verdade, se investíssemos, com muita seriedade e eficiência, em educação, certamente não teríamos esse quadro tão dramático em que milhões de crianças e adolescentes excluídos da nossa sociedade vivem hoje. V. Ex<sup>a</sup> traz muito bem aqui os dados, o levantamento de pesquisas feitas por especialistas que buscam discutir esse assunto com muita seriedade. É preciso entender que a escola não é, necessariamente, um lugar a que os alunos vão apenas para sentarem-se numa cadeira e assistirem a uma aula. É importante que as escolas sejam atrativas e usem a linguagem das nossas crianças e dos nossos adolescentes, que seja uma escola sem preconceitos e que seja capaz de discutir os principais temas sobre os quais a juventude hoje tem tantas dúvidas. Portanto, é investindo na educação que poderemos melhorar as condições de vida de milhões de crianças e adolescentes do nosso País. Esse é o nosso principal desafio. E é nessa exclusão, nesses dados que V. Ex<sup>a</sup> traz, que estão essas crianças, que muitas vezes são violentadas nas ruas e expostas a todo e qualquer tipo de violência, essas crianças que acabam se envolvendo com as drogas e sendo utilizadas pelo crime organizado. Portanto, defendendo, inclusive nessa questão da redução da maioria penal, que se pense numa alternativa. Inclusive, já existe um projeto do Senador Aloizio Mercadante para que se aumente a pena dos adultos que utilizarem as crianças e os adolescentes para cometerem crimes. Essa é uma realidade no nosso País. Reduzindo a maioria penal, os bandidos, os criminosos vão utilizar crianças cada vez mais jovens. Se reduzirmos para dezesseis, eles utilizarão os de quinze, dez, ou oito anos, quadro que estamos vendo, principalmente nas grandes cidades do nosso País. É preciso investir em educação e fazer com que a escola pública possa ser de boa qualidade, onde os nossos filhos, as nossas crianças e os adolescentes do nosso País possam se sentir protegidos, possam adquirir conhecimento e debater as questões inerentes a toda a juventude. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF)** – Incorporo, na íntegra, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que complementa o meu pronunciamento. Estou plenamente de acordo com as suas observações.

Ressalto a contribuição de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa no tratamento dessa questão, com muita propriedade e com conhecimento de causa. Eu diria que é uma questão de vida, um compromisso com a vida, com o Brasil, com as crianças, com a sociedade como um todo. V. Ex<sup>a</sup> tem dado uma contribuição de valia ines-

timável. Parabéns! Incorporo seu aparte ao meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Senador Eurípedes Camargo, parabeno-o pelo belo pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> tocou na ferida que é uma das principais responsáveis pela desigualdade social do nosso País. É esse o caminho que o Ministro da Educação luta para abrir, tentando melhorar a qualidade do ensino. Realmente avançamos na quantidade de alunos nas escolas, mas temos de avançar na qualidade também. Coloco-me à disposição de V. Ex<sup>a</sup> para lutarmos juntos pelo aumento dos recursos para a Educação neste País. Temos de fazer com a Educação como fizemos com a Saúde. A nossa mortalidade infantil, que ainda é uma vergonha, era escabrosa. Quando se começou a investir na prevenção, fruto das conferências de saúde – aliás, neste fim de semana, terá início a 12<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde –, conseguiu-se mudar os índices vergonhosos de saúde do nosso País. Então, temos de investir também na prevenção da Educação para que a Senadora Patrícia não precise ficar chorando, como sei que chora, quando vê as injustiças que se cometem contra as crianças. Temos de investir em educação neste País para se diminuirmos as desigualdades sociais. Além da corrupção, é a desigualdade social que faz com que essas crianças façam o que S. Ex<sup>a</sup> tanto luta para amenizar. Muito obrigado.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF) – Senador Augusto Botelho, agradeço o seu aparte. Esse alerta que estamos fazendo nesta manhã de hoje, com certeza, refletirá na discussão do tema que está em debate nacional: a questão da criminalidade, a questão da violência e a preocupação com nossas crianças e adolescentes. Com certeza, estaremos fazendo desse processo uma forma de construir uma sociedade justa e igualitária, sobre a qual não precisaremos tratar desses temas que nos angustiam.

Portanto, esperamos que, nessa construção, em breve possamos estar virando essa página da nossa história.

Ao encerrar, agradeço os apartes e me somo à preocupação de V. Ex<sup>as</sup> nessa discussão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Passamos a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da ora-

dora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os Senadores João Ribeiro e Eduardo Siqueira Campos trataram, no início da sessão, de algo que, evidentemente, mexe muito com todos nós, nordestinos, que é a questão do rio São Francisco. É claro que somos profundamente agradecidos ao espírito de generosidade de todos que estão na região do rio Tocantins e, inclusive, publicamente já apresentaram ao Governo Federal, como já tinham feito ainda no Governo passado, a possibilidade de disponibilizar as águas do rio Tocantins para o rio São Francisco.

Está aqui ao meu lado o Senador Augusto Botelho e, do meu lado direito – embora não seja necessariamente da Direita da Casa, porque é preciso um divã ideológico para identificar quem é quem agora –, o Senador Efraim Morais, que extremamente preocupado com a situação do seu Estado, é uma das pessoas que defendem a transposição das águas do rio São Francisco. Eu sei que a situação da Paraíba é mais especial, é bem diferenciada da situação dos outros Estados do Nordeste, onde, efetivamente, vários estudos apresentados mostram que o problema decorre da má utilização do recurso. Ou seja, reservatórios que são mal utilizados, reservatórios que foram construídos com o dinheiro público em áreas privadas e, portanto, só para utilização privada, aquilo que o Senador Augusto aqui lembrava, ou seja, do parasitismo e da privatização do recurso público a serviço de alguns poucos, enquanto deveria estar sendo disponibilizado para muitos etc.

Sinto-me obrigada a falar sobre esse assunto por ser alagoana e por ter nascido na beira do São Francisco, embora tenha passado mais tempo da minha vida na minha querida Pão de Açúcar. Os povos indígenas chamavam o rio São Francisco, Senador Augusto, de Jaciobá, que quer dizer espelho da lua. Há espelho da lua mais lindo do que esse?

Esse debate acabou sendo feito na Casa como se fosse a simples disputa entre os que querem a transposição e os que não a querem. Aí, dizia-se: “Ora, os que querem a transposição querem resolver os problemas dos pobres, que sequer água tem para beber e essa água, pela transposição, a esses locais chegaria”. Do mesmo jeito, os outros, que estão nos Estados banhados pelo rio São Francisco, por sua vez também teriam essa água, até pelo fato de ser possível identificar a poucos metros, a poucos quilômetros do rio, pessoas que estão morrendo de sede, morrendo de fome, porque não conseguem se utilizar da água do rio. Às vezes, Senador Paulo Paim, as pessoas vêem o rio, olham o rio, aquela belíssima dívida de Deus e da natureza, e dele não conseguem

se apropriar, porque nem existe o projeto de irrigação para a dinamização da economia e geração de emprego, de renda e produção de alimentos, nem existe também a possibilidade de que tenham água para beber, para disponibilizar para sua família, para seus animais.

Então, o debate não pode ser dividido dessa forma, do mesmo jeito que quem conhece o rio São Francisco, quem acompanha os estudos técnicos sobre ele, sabe que o rio passa por uma crise gigantesca. Desde a primeira vez que a caravela de Américo Vespúcio viu aquele rio, chamado pelos povos indígenas de Opara, ou seja, rio-mar, de tão grande que ele era, justamente no dia de São Francisco, em outubro, batizou-o com o nome desse santo, desde lá, que se canta em verso e prosa as suas maravilhas, que o denominaram como o rio da integração nacional, que cantam as suas belezas e potencialidades. Inclusive, a Coroa Portuguesa disponibilizaria as suas pedras preciosas se se pudesse transpor as águas do rio São Francisco e garantir que o Nordeste fosse efetivamente desenvolvido. Desde lá, o que foi efetivamente feito? Pouco, quase nada. Talvez até nada diante da potencialidade do rio São Francisco. Por quê?

Como o Brasil não investiu em outros componentes de matriz energética, portanto não estabeleceu tudo aquilo que havia sido produzido cientificamente, tecnologicamente sobre a geração de energia, como a biomassa, a geração de energia eólica, tudo aquilo que foi construído no Brasil e no mundo como componente de matriz energética, como isso não foi apropriado, o rio São Francisco acabou tendo como fim a geração de energia.

Sem investimento em outros componentes de matriz energética, todas as vezes que se fala em projetos para o rio São Francisco, para o aproveitamento de suas águas ou para projetos de irrigação ou abastecimento humano, imediatamente, vem o velho debate sobre os nossos reservatórios, sobre a produção de energia e, portanto, da incapacidade de aproveitamento das águas do rio, uma vez que um percentual importante da população brasileira precisa da energia produzida também pelo nosso São Francisco.

Em período de seca, como este de agora, a situação fica crítica! Muitos lembram, e o Senador Tourinho, esses dias, usou a tribuna para trabalhar sobre esse tema. E as coisas não são feitas. Não é à-toa que temos, todos os anos, que denunciar que menos de 5% da dotação orçamentária disponibilizada no Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, para o projeto de conservação e revitalização da Bacia Hi-

drográfica do São Francisco, foram liberados! Menos de 5%!

Então, o rio São Francisco passa por uma situação grave, gravíssima, não apenas em relação a Alagoas e Sergipe. Senador Heráclito, esta Casa criou uma Comissão, presidida pelo Senador Waldeck Ornelas, apresentando um documento, que aqui está, com várias alternativas para o Legislativo e para o Executivo, no sentido de se tratar da revitalização do rio e do seu aproveitamento também. Infelizmente, é o que acontece aqui. A Comissão é criada, todo um instrumental técnico para o Legislativo e para o Executivo é produzido e se constitui um abismo entre o que produzimos. Foram dias e mais dias de trabalho, muitos dias de visitas a áreas importantes, estudos de projetos, inclusive, para o desenvolvimento econômico sustentável, para a revitalização do rio, para a questão dos esgotos.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senadora Heloísa Helena?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna um assunto da maior importância e o aborda em seu âmbito. Discute-se a transposição dos rios, e ninguém se preocupa com o desassoreamento. Os rios São Francisco e Parnaíba, em meu Estado, estão morrendo pela degradação de suas nascentes. Quem se lembra do rio São Francisco na década de 50, com suas gaiolas e seus vapores, servindo de meio de transporte não apenas de passageiros como também de riquezas para toda a região? Da mesma forma, o rio Parnaíba em meu Estado. Atualmente, os dois rios deixaram de ser navegáveis por falta de cuidado, governo após governo, principalmente com suas nascentes. Existem regiões desérticas para as quais deveria haver programas de reflorestamento; deveríamos cuidar, em primeiro lugar, da sobrevivência do rio, e, posteriormente da sua expansão. Mas entra e sai governo, Senadora Heloísa Helena, e as empresas, com seus projetos mirabolantes, enganam a todos nós. O primeiro projeto de que tenho conhecimento, da interligação do rio São Francisco com o rio Parnaíba em meu Estado, é da década de 40, realizado pelo antigo IBGE, que possuía um departamento especializado na área, e o Presidente era, salvo engano, o Sr. Jurandir Pires Ferreira, um piauiense. De lá para cá, vários estudos já foram realizados. Mas, quando for para valer, V. Ex<sup>a</sup> verá empreiteiras brigando pela

obra. Enquanto não há empreiteira brigando, a obra não existe. Existe apenas no papel. Há poucos dias, compareceu a esta Casa o Vice-Presidente da República, com toda boa-fé, fazendo uma explanação sobre essa questão. Aí se vêem os empreiteiros de projeto de um lado e de outro da galeria, com aquelas pastas bonitas, brilhantes, cabelo “glostorado”, lenço saindo do bolso, vendendo falsa felicidade para todos nós. É só isso. E quem perde é o nordestino, que é um homem de boa-fé. É como dizia Luiz Gonzaga: o sertão vai virar mar. Mas ninguém sabe quando.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Pois é, até porque já desequilibraram a canção do nosso querido Luiz Gonzaga. Luiz Gonzaga cantava “o rio São Francisco vai bater no meio do mar”, mas não vai mais. Basta verificar, hoje, em Alagoas e Sergipe, a chamada cunha de salinidade. O mar tem tido tanta força – já que o rio não mais a tem para enfrentá-lo –, que uma parte importante de Sergipe e muitos povoados já foram destruídos em função da ação de suas águas. Então, não é uma coisa qualquer.

Por isso, Sr. Presidente, antes de conceder o aparte ao Senador Efraim Morais, vou, mais uma vez, ler as ações concretas, ágeis, eficazes, objetivas, que foram fruto de um trabalho exaustivo da Comissão presidida pelo Senador Waldeck Ornélas, com a minha participação e a de vários Senadores, como José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares, Alberto Silva, Maria do Carmo. Independentemente de representarem o Estado “a” ou “b”, S. Ex<sup>as</sup> fizeram um esforço gigantesco, para possibilitar que essa sub-comissão apresentasse medidas concretas para viabilizar a revitalização do São Francisco e o seu aproveitamento para o desenvolvimento sustentável da região.

Concedo um aparte ao Senador Efraim Morais.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup>, com muita razão, defende o rio São Francisco e seu Estado, Alagoas. E eu diria que há algo parecido na minha Paraíba. Defendemos a transposição do São Francisco para alguns Estados do Nordeste – como a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o nosso querido Ceará –, mas, no caso da Paraíba, ela se faz necessária para o abastecimento humano e animal. Se a situação difícil da seca se mantiver, em pouco tempo, a Paraíba não terá água para beber. Essa é a realidade. Então, vamos insistir na transposição do São Francisco. Entendemos que a revitalização do rio tem de ser feita. Neste momento,

temos de acabar com as divergências e somar esforços no sentido de fazermos a revitalização e viabilizarmos a transposição. O Estado do Tocantins já colocou à nossa disposição as suas águas. Se houver vontade política – que até agora não existiu –, conseguiremos viabilizar o feito. Há aqueles que defendem a revitalização do rio São Francisco e com justiça – é o caso de V. Ex<sup>a</sup>, que vê a água correndo próximo a Municípios de Alagoas, onde não há abastecimento de água. É o caso da Paraíba, que tem a transposição como solução, para que se criem, na época de inverno, verdadeiros mananciais de água e se faça a sua distribuição – trabalho que foi iniciado em outros governos e que, agora, está sendo concluído pelo Governo Cássio Cunha Lima. Então, creio que nós, do Nordeste, devíamos unir-nos. Somos acostumados a aceitar as migalhas que sobram do Governo. Isso é o que vem acontecendo. Construiu-se, por exemplo, a Linha Vermelha. Não tenho nada contra o Rio de Janeiro, mas o que é preciso para fazer a transposição é muito menos do que aquilo que se gastou na Linha Vermelha. Devemos unir-nos, Bahia, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, enfim, todos os Estados nordestinos, para salvar o rio e viabilizar a sua transposição para a Paraíba. Parabênizo V. Ex<sup>a</sup> por trazer esse tema, que é da maior importância. Vamos insistir na transposição do São Francisco, principalmente para os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senadora?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Pois não, Senador Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Reconheço que V. Ex<sup>a</sup> debate, discute essa matéria com a mesma firmeza e com as mesmas convicções. No entanto, para nós, que somos do Sul, causa certa estranheza ver a Bancada do Nordeste debatendo de um lado e de outro. Não sei, mas me parece que deveria haver um entendimento, porque essa questão é muito importante para o Nordeste. No momento em que o Presidente da República disser perante a opinião pública que vai fazer a transposição, esse ato soará como se alguém do Nordeste fará o que ninguém fez. São três posições: a dos Estados banhados pelo rio São Francisco, que sentem que ele está perdendo a sua capacidade e têm medo de que, com a transposição, todos terminem perdendo; a dos que passaram a vida inteira sonhando que, um dia, com a transposição do rio

São Francisco, em vez de serem atiradas ao mar, as águas passariam por seus Estados e estão doidos para que isso aconteça; a dos que acham que o rio São Francisco, como V. Ex<sup>a</sup> mencionou, veio degradando-se, e hoje necessita de limpeza, antes de qualquer outra coisa, para que possa ser salvo. Essas três abordagens são necessárias. E há, ainda, os que defendem a transposição do rio Tocantins. Penso que tudo isso deve ser feito. Nós, que olhamos para os Estados Unidos e verificamos o que significou o rio Colorado ser atirado na Califórnia – um deserto muito maior do que o Nordeste à época – para promover a transformação de uma zona desértica na mais rica dos Estados Unidos, não temos dúvida de que a transposição do rio Tocantins será necessária. Será bom para os dois lados, será altamente positivo. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão, quando diz que há necessidade de limpar o rio, de salvá-lo. Concordo com isso. Mas, em vez desse debate, que, para mim, gaúcho, parece meio estranho, seria muito interessante se V. Ex<sup>as</sup>, nordestinos, promovessem um debate em âmbito interno e trouxessem para cá uma tese única. Não creio que a decisão precise ser radical, se se transpõe ou não as águas. “Nós de Alagoas não admitimos que se mexa nas águas; nós do Recife exigimos que se mexa nas águas.” Volto a dizer que, para mim, pessoalmente, a questão do São Francisco tem três aspectos: a limpeza do rio; a transposição das águas do rio Tocantins; e a transposição das águas do rio São Francisco em direção ao Nordeste. Em qual ordem isso será feito não tenho capacidade nem preocupação para dizer. Se as três sugestões forem implementadas, a questão estará resolvida. Com toda sinceridade, entendo que é hora de a Bancada do Nordeste e todos nós exigirmos uma decisão sobre a questão da seca do Nordeste. Essa é uma boa saída? Sim? Então, vamos caminhar por ela.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Senador Pedro Simon, agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> pela colaboração. Faço até questão de dizer que não existe nenhuma posição extremada, pelo menos que eu já tenha visto nesta Casa ou na Câmara dos Deputados, em que alguns defendam que nenhum pinga d’água sairá e outros defendam que toda a água deverá sair. Não conheço ninguém com posições extremadas em relação ao assunto.

Penso que todas as pessoas que acompanham esse debate também conhecem, já analisaram estudos de mobilidade de águas, transposição de águas,

que foram implementados não apenas nos Estados Unidos, mas aqui mesmo no Brasil. Alguns pequenos projetos de transposição de água efetivamente já foram realizados também.

O problema não é esse, nem é de falta de proposta para o que deve começar primeiro. O que sei é que praticamente 99% dos recursos disponibilizados no orçamento para revitalização, por exemplo, desde o Governo passado e inclusive neste, vai para a consultoria. E aí vira uma briga das consultorias, depois uma briga das empreiteiras e das construtoras. E de obras inacabadas não apenas o Brasil está repleto, mas especialmente o Nordeste.

O problema do Nordeste não é a seca, não tem nada a ver com seca; o problema do Nordeste é da maldita oligarquia nordestina que sempre se associou à elite paulista para arrombar o Nordeste. Não há problema de seca.

O rio São Francisco até parece um tapa de Deus para acordar os nordestinos, já que 60% dele está exatamente na região mais seca do Nordeste, o semi-árido, como se a natureza estivesse a dizer que o problema não é dela, o problema não é do abraço que Deus deu no povo nordestino; o problema está justamente nas personalidades políticas que lá estão e que, infelizmente, não são capazes de viabilizar esse projeto.

Projetos existem, vários. Até herei, para ficar registrado, algumas alternativas que foram estabelecidas na Comissão, que reuniu Senadores e Deputados de vários Estados – os que eram favoráveis à transposição e os que eram contrários –, para que possamos ter realmente soluções para o Nordeste brasileiro, incluindo a revitalização do nosso São Francisco. E aí, Sr. Presidente, apresentam-se uma série de medidas como a “montagem de um sistema gerencial de informações e monitoramento, tratando a bacia como uma unidade”.

Todas as vezes em que se fala de um projeto de irrigação, seja para Alagoas, seja para Sergipe ou para qualquer outro lugar, imediatamente vem a velha cantilena: não se pode retirar água do rio São Francisco, senão teremos uma crise no setor elétrico. É verdade, afinal não se investe em outras opções de matriz energética, e o rio não consegue cumprir o seu fim, que também é viabilizar alternativas para dinamização da economia, para geração de emprego, para geração de renda e para abastecimento humano e animal.

Segue:

Estabelecimento e aplicação de critérios metodológicos uniformes para análise, avaliação e controle, em relação ao controle da qualidade das águas, ao licenciamento de atividades nas margens, aos padrões de lançamento de atividades nas margens, aos padrões de lançamento de efluentes etc.;

Enquadramento dos cursos d'água, do rio principal e dos afluentes, para permitir adequado tratamento ambiental;

Sabemos que, dos 36 afluentes do São Francisco – 19 perenes –, o principal deles virou esgoto de Belo Horizonte. Se queremos um grande projeto que gere emprego, dinamize a economia, aloquem dinheiro para as empreiteiras também – porque tem gente que só pensa nisso. Dos quinhentos e três Municípios do Vale do São Francisco, noventa sete estão na beira do rio jogando seus esgotos **in natura**. Apenas um município tem 80% de tratamento de esgoto; os outros têm menos de 30% de tratamento dos seus dejetos, fora o problema do lixo, fora o problema do desmatamento das matas ciliares, fora o problema do assoreamento.

Lembro-me de uma vez em que conversávamos eu e o então Senador Paulo Hartung, hoje Governador, que havia visitado o rio São Francisco, numa viagem linda pelo cânion, e S. Ex<sup>a</sup> dizia que era linda aquela água tão limpa. Lindo aos olhos e ruim para a natureza e para o coração, porque a água está tão limpa que ela não consegue mais ter vida, vitalidade. Não é à toa que é um dos maiores impactos ambientais de que se tem conhecimento. Hoje pesca-se 10%, em tonelada de peixes do que se pescava há oito anos, em função da morte lenta do nosso rio São Francisco, que é lindo como piscina para passearmos, uma coisa maravilhosa, mas, em compensação, os seus afluentes estão poluídos e continuam sendo poluídos pelos Municípios. Então, só é lindo aquele pedacinho do cânion para vermos, mas o rio está perdendo aquilo que é fundamental, que é justamente a vida, inclusive para projeto de piscicultura.

Então, é de vital importância, além do enquadramento dos cursos da água do rio principal e dos afluentes, “o subsequente e compatível licenciamento do controle das atividades com potencial de impacto em toda a área de abrangência”.

Sabemos de problemas gravíssimos em relação às siderúrgicas minerais, que consomem anualmente cerca de 6 milhões de toneladas de carvão vegetal.

Quarenta por cento dessas toneladas estão nas matas nativas à beira do nosso rio São Francisco.

Segue:

- A operação de rigoroso de outorga e controle do uso da água;
- elaboração do diagnóstico da situação atual;
- estabelecimento de criterioso programa de recuperação das matas ciliares.

Há tantos programas já pensados, o problema é que não se disponibiliza dinheiro. Três por cento do dinheiro alocado no Orçamento é que foi disponibilizado. E para quem? Para a construtora que fez o projeto não sei do que e que não foi viabilizado ainda.

Segue:

- Identificação, definição e implantação de reservas e áreas de proteção ambiental em toda a bacia;
- Zoneamento ambiental da bacia;
- Obras de saneamento básico, tratando adequadamente o esgotamento doméstico e industrial, não apenas das 97 cidades à beira do São Francisco, mas das 503 do Vale do São Francisco, que estão igualmente poluindo os seus afluentes;
- Tratamento de lixo;
- Obras de contenção de cheia e de regularização de fluxo.
- As áreas de piscicultura
- Gestão integrada de resíduo sólido;
- Educação ambiental;
- Unidade de preservação e conservação da biodiversidade;
- Gestão e monitoramento;
- Reflorestamento e recomposição;
- Despoluição;
- Conservação de sólidos.

São muitas alternativas que já foram pensadas e produzidas. Está tudo no papel. São muitos projetos sobre o assunto. Então, se houver dinheiro para fazer as coisas ao mesmo tempo, está tudo muito bem.

O problema é que não há dinheiro, só há dinheiro para encher a barriga de banqueiro, viabilizar acordos com o Fundo Monetário Internacional e coisas assim. Para isso nunca falta. Mas se houver dinheiro para fazer tudo, não há problema.

Não podemos permitir que isso aconteça com algo que não é patrimônio de um ou outro Estado; é um patrimônio fundamental, uma dádiva da natureza, não apenas dos Estados que lá estão, mas das futuras gerações, do Nordeste e do Brasil.

Então, se houver disponibilidade de recursos, tudo bem. Agora, o Nordeste não agüenta tantas construtoras e empreiteiras, com obras inacabadas e os bolsos cheios de dinheiro; os pratos dos nordestinos sempre vazios; os banqueiros com a pança cheia. Os nordestinos são, cada vez mais, escravizados pela fome, pelo desemprego, pela miséria e pelo sofrimento.

Portanto, Sr. Presidente, para colaborar com esse debate, eu fiz o registro de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, farei dois registros, aproveitando a deixa do oportuno discurso da Senadora Heloísa Helena.

Lembro à nobre Senadora o seguinte: nós tínhamos, no Brasil, um órgão encarregado de administrar portos e vias navegáveis, que prestava grandes serviços, principalmente aos rios brasileiros. Esse órgão foi extinto.

Se formos examinar em que ano foi feita a última batimetria do rio São Francisco, veremos que faz muito tempo. O rio Parnaíba nem pensar. A barragem da Boa Esperança, cuja primeira etapa foi inaugurada pelo Presidente Castelo Branco, teria tido continuidade com a construção das eclusas, Senador Presidente Paulo Paim. Quero fazer justiça ao nobre Senador Alberto Silva, que, ao longo desse tempo, coloca recursos no Orçamento, para que essas eclusas sejam construídas, mas, sistematicamente, esses recursos são retirados do Orçamento.

O nosso rio tornou-se inavergável por conta disso e também pela falta de um estudo de assoreamento em toda a sua extensão. Constituiu-se uma ONG, composta por membros do Ministério Público e da sociedade civil do Piauí, encarregada de fazer um estudo sobre o rio Parnaíba, para evitar a sua morte. O grupo de desbravadores – promotores, advogados – deslocou-se até a sua nascente, hoje no Estado de Tocantins. No entanto, Sr. Presidente, o estudo não tem segmento.

O discurso da Senadora Heloísa Helena é oportuno porque mostra tratar-se de uma necessidade ur-

gente. O exemplo que S. Ex<sup>a</sup> deu aqui, do afluente do rio São Francisco que passa por Belo Horizonte, servindo hoje de depósito de lixo, é uma das causas da decadência do Velho Chico. De nada adianta o projeto para a extensão de seu leito, quando há problemas no próprio leito existente.

Eu sou completamente favorável a que o rio São Francisco socorra a Paraíba do nosso Líder Efraim Morais. Antes, porém, faz-se necessária uma revitalização do leito existente. O mesmo ocorre com o nosso rio Parnaíba.

Aproveitarei essa dica para, em uma outra sessão, oportunamente, tratar do assunto.

Sr. Presidente, em segundo lugar, gostaria de parabenizar a Diretoria de Relações Públicas do Senado Federal. V. Ex<sup>a</sup>, como bom observador, deve ter visto que, durante toda esta sessão de sábado, temos tido um fluxo muito grande de visitantes. Isso é altamente positivo para o Senado, inclusive para mostrar que, em pleno sábado, estamos em Brasília. O plenário, evidentemente, não está repleto, mas cumprimos obrigações regimentais, para o atendimento de prazos, para a votação de matéria do interesse do País.

Agora, tratarei do assunto que me traz à tribuna, nesta manhã de sábado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que peço hoje para ser inserido nos Anais desta Casa é uma simples e curta correspondência que acabo de receber. Curta, porém, para mim, do maior significado e bastante representativa da mudança dos tempos, Senador Pedro Simon.

Trata-se de um agradecimento a mim enviado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (ADUFPI), filiada à Andes (Associação Nacional dos Docentes) por minha postura durante as discussões e votações da reforma previdenciária.

Assinada pela Prof<sup>a</sup> Edna Maria Magalhães do Nascimento, presidente em exercício da entidade, e liderança reconhecida dos movimentos de esquerda no Estado, a correspondência assinala: “Estamos diante de um Governo impermeável ao clamor das ruas, que utiliza toda a sorte de chantagem para impor seu projeto de estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital”.

Diz ainda a carta da Professora Edna, que deixa claro o sentimento de frustração com o Governo que servidores e professores que ajudaram a eleger, Senador Paulo Paim: “Não abdicaremos de lutar contra as injustiças que se aprofundam nesse “novo” governo de neoliberalismo petista, nesse sentido, estaremos com ações jurídicas de inconstitucionalidade

para barrar, na prática, a privatização da Previdência”.

Depois, assinala que este Senador “votou a favor dos trabalhadores, numa atitude que nos renova a esperança de reverter esse quadro que se materializa no cenário político brasileiro de forma tão intempestiva e precipitada, sem a devida consulta à sociedade, como exige a lógica da democracia”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é claro que me alegra e me encoraja a carta dos docentes do Piauí, tradicionalmente tão combativos. Estivemos muitas vezes em lados opostos, às vezes até por preconceito, desinformação ou sectarismo, que dificultava a aproximação. Pode ser que nem sempre estejamos juntos, mas pelo menos um canal está aberto.

Mas, acima de tudo, o que a posição dos docentes da Federal do Piauí deixa claro é o descompasso entre o Governo do PT e os movimentos populares. É a decepção tomando conta de amplos setores da sociedade organizada, o que, acredito, não será bom para nenhum dos lados.

Como pedem os professores e os servidores públicos do Piauí, aproveito para reiterar o meu voto no segundo turno da reforma – que será como no primeiro, ou seja, contra o Governo – e meu apelo para que a chamada PEC paralela, compromisso assumido inclusive com o Presidente desta Casa neste instante, o Senador Paulo Paim, venha a sanar as injustiças cometidas na primeira emenda.

Peço, então, que a correspondência venha a constar dos Anais desta Casa, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e encerro o meu pronunciamento desejando que tenhamos um segundo turno mais feliz, ou até mesmo a PEC paralela mais feliz para o povo brasileiro.

#### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES.**

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,** o que peço hoje para ser inserido nos anais desta Casa é uma simples e curta correspondência que acabo de receber. Curta, porém, para mim, do maior significado e bastante representativa da mudança dos tempos. Trata-se de um agradecimento a mim enviado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (ADUFPI), filiada à Andes (Associação Nacional de Docentes) por minha postura durante as discussões e votação da reforma da previdência.

Assinada pela professora Edna Maria Magalhães do Nascimento, presidente em exercício da en-

tidade e liderança reconhecida dos movimentos de esquerda no Piauí, a correspondência assinala: “Estamos diante de um governo impermeável ao clamor das ruas, que utiliza toda a sorte de chantagem para impor seu projeto de estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital”.

Diz ainda a carta da professora Edna, que deixa claro o sentimento de frustração com o governo que servidores e professores ajudaram a eleger: “Não abdicaremos de lutar contra as injustiças que se aprofundam nesse ‘novo’ governo de neoliberalismo petista, nesse sentido, estaremos com ações jurídicas de inconstitucionalidade para barrar, na prática, a privatização da Previdência”.

Depois, assinala que este Senador “votou em favor dos trabalhadores, numa atitude que nos renova a esperança de reverter esse quadro que se materializa no cenário político brasileiro de forma tão intempestiva e precipitada, sem a devida consulta à sociedade, como exige a lógica da democracia”.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores,

É claro que me alegra e me encoraja a carta dos docentes do Piauí, tradicionalmente tão combativos. Estivemos muitas vezes em lados opostos, às vezes até por preconceito, desinformação ou sectarismo, que dificultava a aproximação. Pode ser que nem sempre estejamos juntos, mas pelo menos um canal está aberto.

Mas, acima de tudo, o que a posição dos docentes da Federal do Piauí deixa claro é o descompasso entre o governo do PT e os movimentos populares. É a decepção tomando conta de amplos setores da sociedade organizada, o que, acredito, não será bom para nenhum dos lados.

Como pedem os professores e os servidores públicos do Piauí, aproveito para reiterar meu voto no segundo turno da reforma – que será como no primeiro, ou seja, contra o governo – e meu apelo para que a chamada PEC paralela venha a sanar as injustiças cometidas na primeira emenda.

Peço, então, que a correspondência passe a constar dos anais desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*



Of.Circ. nº069/03

Teresina, 02 de dezembro de 2003

DA: ADUFPI/SSIND

PARA: Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes

Excelentíssimo Senhor Senador,

Nós, que compomos o quadro da ADUFPI/SSIND, norteados pela consciência da gravidade da reforma da previdência e seus enormes prejuízos para os servidores públicos e toda classe trabalhadora, não temos poupado esforços para sensibilizar a sociedade e parlamentares sobre tal fato.

As circunstâncias nos exigiram que, dentro de nosso processo de mobilização, e em estado de greve, apelássemos para a bancada piauiense, no sentido de que procurasse entender a importância do seu apoio ao nosso movimento, que se soma à luta de todos os servidores públicos e demais trabalhadores brasileiros nesse momento crítico, em que nos sentimos ameaçados pela perda de direitos historicamente adquiridos.

Estamos diante de um governo impermeável ao clamor das ruas, que utiliza toda sorte de chantagem para impor seu projeto de estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital. Não conseguimos barrar essa reforma no parlamento, que foi aprovada nos dois turnos, na câmara federal e no dia 26/11 aprovada em 1º turno, no senado federal.

Não abdicaremos de lutar contra as injustiças que se aprofundam nesse "novo" governo de neoliberalismo petista, nesse sentido, estaremos com ações jurídicas de inconstitucionalidade para barrar, na prática, a privatização da Previdência.

A despeito de manobras, que visam jogar a opinião pública contra um representativo segmento da sociedade, que apenas tenta reagir a essa agressão, temos continuado firmes em nossas reivindicações e não poderíamos deixar de congratularmo-nos com V. Exa., que votou em favor dos trabalhadores, numa atitude que nos renova a esperança de reverter esse quadro que se materializa no cenário político brasileiro de forma tão intempestiva e precipitada, sem a devida consulta à sociedade, como exige a lógica da democracia.

Assim, agradecemos por sua posição de coragem, autonomia e discernimento, certos de que será repetida essa votação no segundo turno e colocamo-nos à disposição de V. Exa., no sentido de prestarmos esclarecimentos sobre a situação do servidor público, especialmente, professores universitários que foram transformados em vilões nesse Governo.

Aproveitamos a oportunidade para expressar, em nome da diretoria, votos de estima e consideração.

Edna Maria Magalhães do Nascimento  
Presidente em exercício da  
ADUFPI/SSIND

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Com certeza, Senador Heráclito Fortes, sua solicitação é acatada por esta Presidência, até porque entende que a carta é muito feliz, quando fala, inclusive, na possibilidade efetiva de que a PEC paralela avance. Será registrado.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, selecionamos aqui algumas matérias para discutir no dia de hoje. Iniciaremos a discussão hoje e, quem sabe, concluiremos amanhã.

O Senador Pedro Simon me fazia um apelo para que me limitasse às manchetes, mas são matérias da maior importância, Sr. Presidente, e gostaria de registrá-las aqui.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que determine que esta matéria seja incluída nos nossos Anais. Trata-se de matéria da jornalista Dora Kramer intitulada O Efeito da Demonstração. Na sua primeira parte, diz o seguinte:

Da revolução no ensino superior à retirada das tropas americanas do Iraque, passando pela taxa de juros ainda a ser decidida pelo Comitê de Política Monetária, o Ministro José Dirceu tem produzido declarações a respeito de tudo.

Menos, claro, quando o assunto requer algum tipo de constrangimento, como o envolvimento do Governador Flamarion Portela, do PT, no escândalo do desvio de R\$500 milhões da folha de pagamentos de Roraima. Neste caso, Dirceu remete o tema ao presidente do partido.

Em todos os outros, porém, inclusive naqueles em que teoricamente não deveria ser chamado – como o da taxa de juros – o chefe da Casa Civil tem feito questão de se imiscuir pública, fortemente e, não raro, excessivamente.

Por exemplo, ao abordar o tema Educação e Universidade. Avisou “que o pau vai comer”, quando o governo anunciar suas intenções revolucionárias para o ensino superior. José Dirceu quase jactou-se com a chula expressão da capacidade governamental de participar de brigas na condição de operador de pancadaria.

Não fosse o afã de detonar poder, eficiência e destemor, o ministro poderia perfeitamente falar sobre o assunto com a serenidade conveniente a governos e a cidadãos bem-educados. A forma escolhida por ele, no entanto, soa àquele tipo de precipitação cuja resultante é a produção de animosidades.

Oficialmente, José Dirceu busca dar a impressão de que detesta a fama de poderoso. Chegou mesmo, semanas atrás, a alimentar a versão de que estaria estudando uma possível abdicação de poderes para, em seguida, dizer com ironia, que dividiria suas atuais atribuições entre José e Dirceu.

Antes disso, fez circular “documentos secretos” a respeito das constantes prestações de contas feitas ao presidente da República, como se o procedimento não fosse absolutamente corriqueiro e obrigatório.

Na realidade, o ministro age exatamente como quem necessita mostrar que manda em tudo. Tão entusiasmado fica com o poder emanado por ele às platéias que chega a perder a noção do limite, precipitando-se, como na questão de juros.

Minou a autoridade do Banco Central e sinalizou ingerência quando falou sobre o resultado da próxima reunião do Copom. Qualquer brasileiro mais ou menos informado também teria condição de dizer que haverá redução na taxa. Mas isto, dito por José Dirceu, tem o peso da decisão antecipada.

Essa é a nossa preocupação, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, porque está comprovado que o Governo do PT não baixou as taxas de juros antes, porque não quis. Porque se é uma decisão política? Não é mais uma decisão técnica? Assim, elevou as taxas de juros, apertou o trabalhador brasileiro, a sociedade brasileira e agora estão baixando por aviso prévio. Antecipadamente se diz: vai baixar, tem que baixar. Como o vice-Presidente não era do PT, não baixavam quando pediam. Agora, quando o PT pede, sabemos que vai baixar.

Assim, estão usando aquela história: apertam de uma vez e começam a afrouxar devagarzinho para iludir o povo brasileiro.

Imagine o leitor, se o PT ainda fosse oposição e um ministro importante falasse

em percentuais futuros de juros. Seria imediatamente posto sob a suspeição de que a algum interesse escuso do mercado financeiro estaria servindo.

E aconteceu isso no passado.

Caso anunciasse a total alteração das regras do ensino superior avisando que, por causa disso, o “pau” iria “comer”, sem explicar o real significado da frase, seria acusado de espalhar o terror nas universidades federais, ou, no mínimo, de disseminar um legítimo exemplo de arte de mal se expressar.

A sorte do governo é que a oposição de hoje já esteve do outro lado, sabe como funcionam as coisas, tem um pouco mais de pudor de assacar aleivosias a respeito da conduta alheia e percebe quando está apenas diante de um caso de perda de senso de circunstância.

Quero parabenizar a jornalista, pessoa altamente credenciada, por esse artigo. Quero também registrar a coluna de autoria de Tereza Cruvinel, intitulada Panorama Político, em que a jornalista fala exatamente da questão da crise financeira que as universidades federais atravessam. Ora, Senador Pedro Simon, semana passada recebemos o Ministro da Educação Cristovam Buarque, homem sério, inteligente, intelectual, que merece nosso respeito, e na Comissão de Assuntos Econômicos discutíamos exatamente a crise das universidades. Levantei uma questão ao Ministro, ao explicar-lhe que, em reunião que tive na Universidade Federal da Paraíba – o Reitor daquela Instituição, Jader Nunes, esteve com o próprio Ministro –, constatou-se que a nossa universidade está prestes à falência, a Universidade Federal da Paraíba, que, com todo o respeito às demais universidades federais do País, é uma das melhores do País. Podemos fechar as portas, porque não temos dinheiro para pagar energia, água e telefone. Nem mesmo o papel higiênico está existindo mais na universidade! Eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que a crise é tão grande, que os professores, esses profissionais extraordinários, levam de casa o próprio material para poder ministrar as aulas. Percebi a sensibilidade do Ministro, que está sem recursos, não há liberação de verbas, mas acredito que, se Deus nos ajudar e ao Ministro Cristovam Buarque, o qual tem o meu respeito, faço um apelo veemente ao Governo do Presidente Lula que libere os

recursos, pelo menos dar as condições mínimas, para que possamos terminar o ano letivo em nome da Universidade Federal da Paraíba, na qual tive a honra de estudar e concluir o curso de Engenharia Civil e que, infelizmente, se encontra em uma situação em que tudo está para fechar. Estamos em um processo lamentável que é o da nossa Universidade. Ela trata do assunto que é de maior importância.

Para concluir, Sr. Presidente, trago também um assunto que diz respeito à morte do ex-Prefeito Daniel que domina hoje as manchetes dos jornais, e é evidente que queremos que essa situação venha à tona e seja apurado. Vou mostrar as manchetes para que possamos tirar algumas conclusões:

Seqüestro foi Simulado, diz a denúncia:

“Irmão do prefeito diz que esquema financiava o PT”.

Esse assunto é forte o bastante, para que esta Casa e a Câmara dos Deputados instalem as famosas CPIs. Está aqui na **Folha de S. Paulo**: “Irmão de Prefeito diz que o esquema financiava o PT”. E a acusação é: “Amigo mandou matar Daniel, diz promotora”. Esse amigo era o chefe que teria negócios com a Prefeitura do ex-Prefeito Celso Daniel, do PT. Agora, a defesa diz que denúncia é vazia, e espera rejeição. É normal. E isso seria outro assunto.

O nosso companheiro Eduardo Suplicy, que realmente merece o nosso respeito, diz: “O PT é o primeiro partido a ter interesse na apuração isenta dos fatos, em respeito à memória de Celso”. Espero que assim seja, porque, na realidade, estou observando que não é esse o pensamento. Aqui há um esquema do que supostamente ocorreu em Santo André.

E ainda há: “Irmão do Prefeito revelou esquema de propina”. E diz claramente: “Segundo João Francisco, [que era irmão do Prefeito assassinado] dinheiro era usado para financiar campanhas do PT”. Está aqui uma matéria extensa, que creio seja conhecida, Sr. Presidente. A meu ver, este assunto merece um pronunciamento desta Casa, a fim de que possamos esclarecer os fatos. Pois a questão da imunidade de suspeição, Senador Pedro Simon, não deve existir.

Tenho em mão um outro artigo que peço seja transcrito nos Anais da Casa, um editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, com o título “Imunidade de suspeição”, que diz: “Para os petistas, só na casa dos outros é que há muita sujeira.”

**O Sr. Eurípedes Camargo** (Bloco/PT – DF) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Efraim Morais?

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ouço, com muita alegria, o Senador Eurípedes Camargo, grande representante do Distrito Federal.

**O Sr. Eurípedes Camargo** (Bloco/PT – DF) – Senador Efraim Morais, V. Ex<sup>a</sup> traz, mais uma vez, um tema que faz parte dos noticiários e que está sendo tratado da forma que devem ser tratadas todas as questões que envolvem crime ou desvio de recursos. O Partido dos Trabalhadores também está atento ao fato. Aconteça o que for, com quem quer que seja, o tratamento será o de não passar a mão na cabeça de ninguém. Portanto, o Partido também tem essa responsabilidade. Comungo com a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> em relação à matéria.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eurípedes Camargo, e espero que esse seja realmente o caminho a ser seguido, pois, além do envolvimento de recursos, houve um crime.

O ex-Prefeito Celso Daniel, membro do partido de V. Ex<sup>a</sup>, era uma pessoa de qualidades intelectuais, inclusive cotado para ocupar o lugar do próprio Ministro Palocci, era o nome para vir comandar a economia do País.

Então, devo dizer que nos uniremos em relação a isso, porque, segundo o Ministro José Dirceu, a Promotoria cria uma situação estranha. Os fatos começam a ser amarrados, e não vemos muito essa vontade.

Há aqui também uma matéria que diz: “De volta à cena, Naji Nahas engrossa platéia”. Ontem, quando o Presidente da República se encontrava no Líbano, a visita foi acompanhada por Naji Nahas – como todos lembram, é aquele mega-especulador que serviu de tema para tantos discursos nesta Casa e que é libanês. E aqui diz: “Visita do Presidente Lula foi acompanhada por um personagem emblemático do mercado financeiro brasileiro”. Mas quero deixar isso bem claro que ele estava presente não como convidado do Presidente. Ele é libanês e estava presente, acompanhando o discurso do Presidente.

Sr. Presidente, reitero o meu apelo ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Ministro da Educação, Cristovam Buarque, porque estou preocupado com a situação da universidade federal não só do meu Estado, mas de todo o País, em relação ao tratamento que vem sendo dado na liberação de recursos não para fazer novos prédios e mantê-los, mas para pagar água, luz, telefone, papel higiênico e

material didático para que os professores possam ministrar suas aulas.

Com toda sinceridade, depois dessa informação do Ministro da Casa Civil José Dirceu de que “o pau vai comer” nas universidades, imaginem a situação em que ficarão essas universidades que não têm dinheiro para pagar água, telefone, para pagar nada, e estão próximas a fechar! Se o Ministro disse isso deve ser para fechar mesmo, meter o pau e jogar fora. Espero que não seja esse o comportamento do Governo do PT. Estranha-me, primeiramente, o tratamento dado aos funcionários públicos e aos aposentados, que foram uma das bases do Governo do PT, e depois às universidades, que foram a sua base maior nas eleições presidenciais, pois o Partido tinha o apoio dos funcionários e dos estudantes brasileiros. Portanto, quero deixar claro que considero uma injustiça o que está sendo feito com os funcionários públicos.

Repetirei sempre, Sr. Presidente, que avançamos na PEC 77, mas tenho a convicção de que ela não será votada. Espero que meus companheiros Congressistas da Câmara dos Deputados, onde tive a honra de estar por 12 anos, atendam a esse chamamento dos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, de nós mesmos da Oposição, e aproveemos a PEC paralela.

Já que estamos falando em universidade, como fui professor de matemática, gosto de repetir: paralelas são aquelas duas retas que vão até o infinito e lá se encontram. Mas a minha preocupação é que o infinito ninguém vê. Vou pagar para ver essa PEC votada na Câmara dos Deputados.

Todos nós, Senadores, faremos a nossa parte. Espero que haja, por parte dos funcionários públicos e da sociedade brasileira, uma pressão sobre a Câmara dos Deputados para que se vote essa matéria. O Governo está dizendo que “o pau vai comer”, como “comeu” na Previdência – essa foi a expressão. Para mim, Senador Pedro Simon, já mataram, naquela Casa, a Previdência. “O pau já comeu” lá. Então, não há mais o que avançar. Agora, será a vez da CLT e das universidades.

Para encerrar, Sr. Presidente, parabeno V. Ex<sup>a</sup> pela Presidência dos trabalhos.

Era o que tinha a dizer, e agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

JORNAL <b>O GLOBO</b>	DIA 06	MES/ANO DEZEMBRO 2003	EDITORIA	CADERNO 1º	PAGINA 112
--------------------------	-----------	--------------------------	----------	---------------	---------------

## LULA LÁ NO JARDIM DE ALAH

— E agora. Gizé?

## PANORAMA POLÍTICO

TEREZA CRUVINEL • de Brasília

### Fora de foco

• O meio acadêmico reagiu mal à última ameaça do ministro José Dirceu, de que "o pau vai comer" na reforma da universidade pública, mas o governo, em verdade, ainda não tem esta bala na agulha. O que há é um decreto quase pronto sobre o ensino privado superior e uma reunião marcada para o dia 15, para tratar da crise financeira que as federais enfrentam no momento. ✕

Mas em sã consciência nenhum governante pode mesmo responder a uma pergunta sobre a crise da universidade sem admitir a necessidade de uma reforma profunda. O tom de Dirceu é que é este, sempre peremptório, trovejante, condizente com o papel que parece atribuir-se, de fiador do ativismo governamental, mesmo quando ele anda em baixa.

Já o ministro da Educação, Cristovam Buarque,

embora admitindo que o governo Lula pretende promover mudanças profundas no perfil da universidade pública, reconhece que elas não poderão "ser feitas na marra". O que vai ser discutido no dia 15, ele esclarece, são propostas para um aspecto da crise, o financeiro. As federais, como são chamadas, estão novamente no sufoco, muitas com contas atrasadas, correndo risco de sofrerem até corte de água e energia. O que o governo não parece

achar constrangedor, depois que o Itamaraty teve a luz cortada ontem.

Em Minas, a reitora da UFMG fala até em fechar as portas, situação que também em sã consciência o governo não permitirá. A crise é crônica, mas este ano está sendo agravada pela não liberação dos recursos da chamada Emenda Andifes, aprovada no Orçamento deste ano pelo Congresso, a partir do esforço de quase 200 deputados, que a ela destinarão parte ou a totalidade dos valores de suas emendas para tapar um buraco deixado no orçamento das federais pelo governo passado. Mas estes recursos, mais de R\$ 300 milhões, acabaram contingenciados juntamente com aqueles R\$ 14 bilhões que o novo governo congelou. O resultado foi o corte de verbas de pesquisas, aperto no custeio e inadimplências.

De falta de dinheiro todos os setores padecem,

mas falta também, sobretudo à universidade, diz Cristovam, um sopro renovador, a faísca de um projeto, a energia criadora que se dissipou nos recentes anos perdidos. Enquanto isso o ensino superior privado

avançou quantitativamente, descomprometido com a qualidade e a pesquisa. Por isso o decreto que está no forno, impondo sérias restrições ao funcionamento dos centros universitários particulares, autônomos para criar vagas e cursos e liberados das obrigações das universidades.

Cristovam recorda ter proposto recentemente um acordo aos reitores. O MEC destinaria às universidades públicas boa parte dos R\$ 4 bilhões reservados ao programa Analfabetismo Zero. Em troca, os alunos seriam convocados a participar do mutirão de alfabetização de adultos. Não toparam, alegando não poder impor esta tarefa aos alunos. O MEC optou então pelas parcerias com ONGs. Acaba de assinar um convênio vultoso com a Alfabetização Solidária, criada por dona Ruth Cardoso.

Uma reforma profunda, entretanto, exigirá o enfrentamento do grande paradoxo: o acesso à universidade gratuita através de um vestibular que favorece os filhos da elite, que fizeram o ensino básico em boas escolas particulares. Cristovam é a favor das cotas, tanto para negros como para os alunos originários da rede pública de ensino. Mas aí o cachorro começa a correr atrás do rabo. De que lhes valerá a matrícula numa boa universidade se não lhes foi garantido um bom ensino básico? E isso depende de dinheiro, assunto que Cristovam, com fama de reclamão, tenta evitar. Basta um número: o gasto por aluno, no ensino básico, teria que ser de pelo menos R\$ 800, aí embutida uma melhora significativa do salário dos professores. Mas é de R\$ 480.

## COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

### O efeito da demonstração

Da revolução no ensino superior à retirada das tropas americanas do Iraque, passando pela taxa de juros ainda a ser decidida pelo Comitê de Política Monetária, o ministro José Dirceu tem produzido declarações a respeito de tudo.

Menos, claro, quando o assunto requer algum tipo de constrangimento, como o envolvimento do governador Flamarion Portela, do PT, no escândalo do desvio de R\$ 500 milhões da folha de pagamentos de Roraima. Neste caso, Dirceu remete o tema ao presidente do partido.

Em todos os outros, porém, inclusive naqueles em que teoricamente não deveria ser chamado – como o da taxa de juros – o chefe da Casa Civil tem feito questão de se imiscuir pública, fortemente e, não raro, excessivamente.

Por exemplo, ao abordar o tema Educação e Universidade. Avisou que “o pau vai comer” quando o governo anunciar suas intenções revolucionárias para o ensino superior. José Dirceu quase jactou-se, com a chula expressão, da capacidade governamental de participar de brigas na condição de operador de pancadaria.

Não fosse o afã de denotar poder, eficiência e destemor, o ministro poderia perfeitamente falar sobre o assunto com a serenidade conveniente a governos e a cidadãos bem-educados. A forma escolhida por ele, no entanto, soa àquele tipo de precipitação cuja resultante é a produção de animosidades.

Oficialmente, José Dirceu busca dar a impressão de que detesta a fama de poderoso. Chegou mesmo, semanas atrás, a alimentar a versão de que estaria estudando uma possível abdicação de poderes para, em seguida, dizer com ironia que dividiria suas atuais atribuições entre o José e o Dirceu.

Antes disso, fez circular “documentos secretos” a respeito das constantes prestações de contas feitas ao presidente da República, como se o procedimento não fosse absolutamente corriqueiro e obrigatório.

#### Dirceu diz que não, mas gosta de mostrar que manda em tudo

Na realidade, o ministro age exatamente como quem necessita mostrar que manda em tudo. Tão entusiasmado fica com o poder emanado por ele às platéias que chega a perder a noção do limite, precipitando-se como na questão dos juros.

Minou a autoridade do Banco Central e sinalizou ingerência quando falou sobre o resultado da próxima reunião do Copom. Qualquer brasileiro mais ou menos informado também teria condição de dizer que haverá redução na taxa. Mas isto, dito por José Dirceu, tem o peso da decisão antecipada.

Imagine o leitor, se o PT ainda fosse oposição e um ministro importante falasse em percentuais futuros de juros. Seria imediatamente posto sob a suspeição de que a algum interesse escuso do mercado financeiro estaria servindo.

Caso anunciasse a total alteração das regras do ensino superior avisando que, por causa disso, o “pau” iria “comer”, sem explicar o real significado da frase, seria acusado de espalhar o terror nas universidades federais, ou, no mínimo, de disseminar um legítimo exemplo da arte de mal se expressar.

A sorte do governo é que a oposição de hoje já esteve do outro lado, sabe como funcionam as coisas, tem um pouco mais de pudor de assacar aleivosias a respeito da conduta alheia e percebe quando está apenas diante de um caso de perda do senso das circunstâncias.

#### Começar de novo

Demorou quase um ano, mas o ex-presidente Itamar Franco está, de novo, fazendo o que mais gosta: infernizar a vida de presidentes da República, em tese, seus amigos, aliados, benfeitores, superiores hierárquicos.

Começou de leve, como de resto fez com Fernando Henrique Cardoso quando dele recebeu a Embaixada em Portugal.

Por enquanto, Itamar aconselha o presidente Lula a mudar o rumo da política econômica – a mesma, aliás, inaugurada por ele com a indicação de Fernando Henrique para ministro da Fazenda –, a não perder o “norte” da campanha.

A suavidade do tom prende-se à boa condição de popularidade do presidente mas, tão logo o desgaste natural de todos os governos atinja também Luiz Inácio da Silva, o atual embaixador em Roma imprimirá mais assertividade às críticas.

No mesmo processo desenvolvido contra FH, Itamar Franco tinha um projeto eleitoral, logo revelado na intenção de concorrer à Presidência da República em 1998 e a posterior consequência do plano de se eleger governador de Minas Gerais.

Agora, fala-se que seu projeto eleitoral seria a Prefeitura de Juiz de Fora e, para isso, teria voltado ao PMDB pouco antes do fim do prazo de filiação para candidatos em 2004.

## Imunidade de suspeição

**P**arece que o velho lema dos tempos getulistas, que dizia “aos amigos tudo, aos inimigos a lei”, volta a adquirir plena vigência nestes tempos petistas, com uma pequena atualização que poderia se expressar nos termos: “Imunidade de suspeição para companheiros.” Se a atuação histórica do Partido dos Trabalhadores tivesse sido uma profissão de fé no direito à ampla defesa, consubstanciado no clássico princípio segundo o qual “todo homem é inocente até que se prove o contrário”, nada mais do que pura coerência haveria de ser sua pronta recusa a imputações sem prova, contra quem quer que fosse. Mas este, na verdade, não tem sido o perfil de cobrança desse aguerrido partido que em toda sua já longa história distribuiu, a manchetes, denúncias, acusações e suspeições de toda a ordem, sem quaisquer comprovações, contra adversários políticos, no que o exemplo mais emblemático foi a atuação do (sumido) procurador petista de carteirinha, de alcunha Torquemada, notadamente na perseguição sem trégua movida contra o ex-secretário do governo FHC Eduardo Jorge (contra o qual jamais provou coisa alguma).

Em dois episódios o maior intérprete da conduta ético-jurídica do PT – o seu presidente nacional, José Genoíno – tem deixado bem clara a adoção da presunção sistemática de angelical inocência, de quaisquer correligionários, mesmo que sobre eles recaiam os mais veementes indícios e/ou suspeições. O primeiro é o caso do assassinato do prefeito petista de Santo André, Celso Daniel – agora reaberto pelo Ministério Público estadual –, no qual o PT “aceitou” (digamos assim) a bem discutível interpretação da polícia, de que se tratava de mero crime comum, quando um conjunto de ligações e evidências (inclusive documentadas por gravação) aponta para uma “queima de arquivo”, decorrente do avanço privado em verbas (derivadas de propinas cobradas das empresas de ônibus) destinadas ao fundo eleitoral petista. Aí Genoíno enfatiza a condição de “vítima”, que teria seu partido, sem se dar conta de que o que mais importa é, justamente, descobrir os responsáveis que vitimaram, cruelmente, aquele que seria um dos principais coordenadores do programa de governo de Luiz Inácio Lu-

la da Silva – e que foi substituído pelo poderoso comandante da área econômica, o ministro Antônio Palloci.

O segundo é o caso do envolvimento do governador petista de Roraima, Flamarion Portela, no chamado “escândalo dos gafanhotos”.

É verdade que o depoimento da ex-chefe da Casa Civil de Roraima Diva Briglia, segundo o qual o governador Flamarion – que foi vice e afilhado político do ex-governador (com duplo mandato) Neudo Campos (atualmente preso), arquiteto de

megafraude envolvendo cerca de 6 mil funcionários fantasmas – tinha pleno conhecimento da operação, pode ser considerado suspeito, visto que ela foi demitida pelo atual governador e poderia estar se vingando. Mas, em sua consciência, se o próprio governador poderia ter tido conhecimento dos rumores sobre as contratações fantasmas (embora ignorasse suas dimensões), e se, por alguns meses, depois que assumiu, continuou o “esquema” a favorecer

deputados e outros políticos (que recebiam o total da remuneração, saída dos cofres públicos, para pagamento dos funcionários inexistentes), como poderia alegar simples “desconhecimento” da questão?

Nos dois casos, a “presunção de inocência” imposta pelo Partido dos Trabalhadores, quando suspeitas recaem sobre seus próprios quadros, tem

ido longe demais – a ponto de, neste caso do governador Flamarion, já ter provocado reação de parlamentares petistas que estão exigindo o seu afastamento do

**Para os petistas, só na casa dos outros é que há muita sujeira**

partido. Se apenas uma parcela da cobrança que esse partido fez a seus adversários, em suas duas décadas de existência, fosse canalizada para uma depuração interna, levando-o a investigar fundo os que deram demonstrações de desrespeito aos princípios mais notórios e eficientes do PT, em termos de ética na política, com toda certeza o Partido dos Trabalhadores teria condições de empreender uma verdadeira revolução nos padrões da moralidade pública deste país.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, que apresentou o calendário que queremos cumprir, inclusive com essa convocação nos fins de semana.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon, está com a palavra.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vejo com satisfação o Senador Paulo Paim presidindo praticamente toda esta sessão. É normal, porque V. Ex<sup>a</sup> foi o responsável pelos debates e pela matéria que nos reúne hoje, neste plenário, exatamente num dia em que está em pauta a nossa PEC paralela.

Volto a dizer que esta Casa está vivendo um momento muito importante. É claro que não é momento de festa, nem de alegria – seria ridículo imaginarmos isso –, mas são tão raros os instantes em que há um entendimento de alto nível, que somos obrigados a dizer que vivemos esse instante. E V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que, ao longo da vida, lutou em prol dos direitos dos trabalhadores, é um dos grandes responsáveis por isso e deve estar vivendo um momento de grande satisfação.

É claro que a reforma administrativa não é a reforma dos nossos sonhos. É claro que V. Ex<sup>a</sup> e nós todos, de certa forma, que combatemos duramente a tentativa de reforma administrativa do Presidente Fernando Henrique, imaginávamos que a que viria seria diferente. É claro que somos obrigados a reconhecer que algo deve ser feito no sentido de que o Brasil encontre seu rumo. E quando se diz que algo deve ser feito, inclusive com relação à Previdência, é verdade.

Também se diz, e com quanta profundidade, que uma das razões fundamentais das dificuldades da Previdência é a sonegação. A imprensa tem publicado uma série de vezes o número e o nome dos grandes empresários, das grandes empresas que sonegam e devem milhões e milhões à Previdência, mas nada acontece. O novo Governo, que combatia e criticava duramente o Governo anterior, por não cobrar dos sonegadores, poderia ter iniciado uma caminhada nesse sentido. Não digo que colocasse na Justiça, não digo que tentasse criar um milhão de dificuldades para essas empresas, algumas realmente em situação difícil, mas que criasse uma fórmula, um entendimento que demonstrasse que o Governo atual é diferente, que cobrará dos sonegadores. Entretanto, quanto aos sonegadores, até agora não se fez nada.

Outra questão são os escândalos, as roubalheiras, como o caso do Governador de Roraima, lá do Norte, em que havia mil e não-sei-quantos servidores

fantasmas, algo inédito, isso nunca tinha ocorrido. O governador, secretários, deputados, todo mundo participava da lista de mil e poucos servidores fantasmas e recebiam. Há os casos de escândalo, de roubalheira na Previdência agora abertos, com a presença de Ministros, de Deputados, de Senadores, de servidores da polícia, da Previdência, enfim, de uma gangue organizada. Justiça seja feita, tem trabalhado nesse sentido a Procuradoria, de modo especial, de maneira magnífica, mas não há fato novo que demonstre que o Governo esteja realmente andando atrás dessa corrupção.

O Governo apresentou sua proposta, que chegou aqui e foi aprovada na Câmara dos Deputados. Uma série enorme de medidas, de emendas foram rejeitadas. Aquela Câmara, brava lutadora, chegou e foi ao confronto, a favor ou contra a emenda do Governo. Uma emenda daqui, outra dali foram aprovadas, o Governo resolveu aceitá-las, mas, na verdade, na verdade, com relação às grandes teses, aos grandes confrontos, a imensa maioria votou a favor do projeto do Governo e alguns acharam que faziam bem votando contra. E o projeto veio para esta Casa. Chegando aqui – no coitado do Senado, nesta Casa revisora a quem não é dada nem o direito de exercer o seu papel –, colocaram uma faca em nosso pescoço e nos deram um prazo determinado para votá-lo.

A primeira proposta foi aquela de sempre, que não dava para emendar, porque a matéria voltaria para a Câmara e o Governo não admitia que isso acontecesse. Não podemos dizer que a atitude deste Governo foi absurda, ridícula e que ofendia o Senado Federal, porque estou aqui há 24 anos e todos os Governos têm agido assim. Conheço proposta que ficou na Câmara meses a fio e que chegou aqui de manhã e saiu de noite, que foi votada em questão de 12 horas, porque o Governo assim queria. Refiro-me a uma medida que dizia respeito à fábrica de aviões do Brasil, que envolvia US\$500 milhões emprestados, e que precisou ser votada correndo, chegou pela manhã e foi votada à noite, porque nos disseram que, se não fizessemos isso, naquele dia 14 de dezembro, a fábrica estouraria. E tivemos que votar!

Então, imaginava-se que, no Senado, o passeio seria normal, mas, na verdade, houve uma reação maior do imaginávamos. À frente, o Senador Paim – justiça seja feita – e vários Senadores que entenderam que não podiam ficar na tese: tinham que votar a favor, aceitando a imposição do Governo, ou contra, num hino de liberdade. Está certo que votar era importante, significativo, era uma manifestação até de

revolta, mas não resolvia; a situação dos trabalhadores continuaria sendo aquela.

Foi aí que surgiu a proposta da tese paralela – ridicularizada, debochada. Meu querido Senador, fui o primeiro que falou desta tribuna na tal da tese paralela; fui eu que disse que as teses se reúnem no infinito, ridicularizando, porque também achei que era ridículo elaborar uma tese paralela. Parti do princípio de que era uma piada, um engodo e que estávamos marchando nesse engodo.

Mas as coisas mudaram com o decorrer do tempo. E quero fazer grande justiça a V. Ex.<sup>a</sup>, prezado Líder da Minoria, aos Líderes do PSDB, do PFL e do PDT, por terem aceitado participar do debate e, por assim dizer, terem colocado o Governo contra a parede. Não me parece que o Governo esteja muito contente, embora pareça e agora – aliás, de uma maneira competente – esteja usando isso, usufruindo como uma vitória pessoal. Na verdade, ele foi levado a isso, no momento em que o Senador Paulo Paim e outros Parlamentares disseram que a questão não era bem assim; que não se tratava de rejeitar, de fazer de bobo o Senado Federal, de apresentar uma tese paralela e engavetá-la, porque, na verdade, há um número de Parlamentares – não só o Senador Paulo Paim como outros do próprio Governo e da Oposição – que votariam contra a tese principal se essa não fosse aceita. Aí, tudo mudou de figura. O Governo começou a negociar, a discutir para valer, lutou e brigou. E os Senadores Paulo Paim, o Líder Aloizio Mercadante, o Relator e os Líderes da Oposição discutiram e analisaram em uma, duas, dez reuniões. E, ao final, chegou-se a um entendimento.

Quero dizer, com toda sinceridade, que os líderes sindicais participaram das negociações e concordaram com as propostas. É importante que se diga isto: que os Parlamentares, o Senador Paulo Paim e nós todos não fizemos nada à revelia das lideranças sindicais. Eles bateram duro na reforma da Previdência, foram totalmente contra a mesma. Então, fazer isso à revelia deles seria uma suposição, por assim dizer, até meio provocativa. Eles foram consultados. Foi-lhes apresentada a emenda que veio da Câmara dos Deputados e o fato de o Governo só admitir votar aquela, sem emenda alguma; ou seja, que ela seria votada como veio da Câmara dos Deputados. Informamos-lhes que havia uma proposta no sentido de apresentarmos uma emenda paralela, em que colocaríamos alguns dispositivos, embora não todos os que gostaríamos. E aí é que dou o mérito à Oposição, porque ela poderia ter feito um carnaval, poderia ter apresentado – e tinha condições e direito a fazer isto

– dez, vinte, trinta, quarenta emendas à emenda paralela, e ela implodiria porque, no tempo e no espaço, não teria o que fazer. Entretanto, os seus Líderes sentaram-se à mesa, discutiram e conseguiram avanços. E não foi só o Senador Paulo Paim, mas a Oposição, o PSDB, o PFL também conseguiram avanços dentro da emenda paralela. E se chegou à conclusão de que haveria emenda paralela.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Concedo aparte ao Senador Efraim Morais, com o maior prazer.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Meu caro Senador Pedro Simon, V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão, concordo que aqui se avançou em relação à PEC nº 67, que foi aprovada na Câmara dos Deputados, com a participação de todos os Senadores, sem exceção.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É verdade.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Alguns se destacaram um pouco porque estudaram mais a matéria e se dedicaram, mas não vamos aqui citar Senador A, B ou C, porque todos nós, os 81 Senadores, fizemos a nossa parte. O Governo fez a sua parte, e a Oposição também fez a parte dela. Membros do Governo, como o Senador Paulo Paim e V. Ex.<sup>a</sup>, não concordaram com determinados pontos da PEC e mostraram a sua disposição de votar contra a matéria. Sou testemunha disso e quero parabenizar V. Ex.<sup>a</sup>, o Senador Paulo Paim, assim como tantos outros Senadores do PMDB, do PT, que juntos discutiram a matéria. Isso não está me convencendo – e tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> concorda comigo – porque, se o Governo tivesse aceitado desde o princípio as mudanças que estão sendo feitas na PEC Paralela nº 77, essa reforma teria sido aprovada há muito tempo. A minha preocupação, e sei que também é a de V. Ex.<sup>a</sup>, é saber por que elas não foram incluídas na PEC nº 67. Se isso tivesse ocorrido, ela já teria voltado para a Câmara dos Deputados, onde – se o Governo concorda –, não tenho dúvida, seria aprovada, pois já tinha sido aprovada no Senado. Como V. Ex.<sup>a</sup> disse muito bem, para que tivéssemos algum ganho, teríamos de assumir o posicionamento que assumimos. Negociamos, aceitamos alguns avanços porque, do contrário, o “pau tinha comido” mesmo, como diz o Ministro José Dirceu. Mas vamos tentar aprovar essa matéria lá na Câmara dos Deputados. Eu confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que não acredito que o Governo tenha pressa em votar essa matéria. Eu não acredito que o Governo vá votar a PEC 77 na Câmara dos Deputados. Por

outro lado, eu acredito que a sociedade brasileira vai cobrar do Governo e dos Srs. Deputados o compromisso assumido pelo Governo e pelas oposições. Porque aqui os Líderes das oposições, ao lado dos outros Srs. Senadores, assumimos e fechamos um compromisso com a sociedade brasileira. Agora, nós vamos cobrar o cumprimento desse acordo. Espero que os Srs. Deputados sejam sensíveis o suficiente para não transformarem essa emenda numa peça de frustração para a sociedade brasileira.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex.<sup>a</sup>** chegou a esta Casa ontem e já é Líder. Está demonstrando sua competência, sua capacidade e seu brilhantismo. Perdoe-me o que vou lhe dizer – faço isso pela velhice, pelo tempo que estou aqui: essa é uma questão diferente, Senador. V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão ao indagar por que não votamos essas matérias todas na tese principal. Se tivéssemos feito isso, a PEC já teria sido votada, há muito tempo, na Câmara. É verdade. Sabe por que não se votou isso? Porque é diferente; trata-se de um princípio que existe – e não é de agora – nos governos, segundo o qual determinadas matérias devem ser carimbadas por nós. Não podem voltar para a Câmara. E disso o Governo não abre mão, em absoluto! A tese que veio da Câmara precisa ser votada no Senado como veio daquela Casa, como o Dr. Fernando Henrique exigia, bem como o Sr. Sarney. A tradição é esta: não pode voltar! O Senado é carimbador. Carimba e está carimbado. Nós somos um cartório de carimbar. Disso o Governo não abre mão. Iniciar... Se começa, não pára. Se dessa vez nós conseguirmos emendar e a matéria voltar para a Câmara, nós vamos fazer o mesmo na próxima emenda e na outra também, que é o mínimo que nós tínhamos o direito a fazer. E digo mais a V. Ex.<sup>a</sup>: isso é uma vergonha para o Senado Federal. Esta Casa está se humilhando, está se deixando espezinhar ao não impor a sua posição.

Eu já disse várias vezes, quando o projeto chega aqui em cima da hora e pressionam dizendo que ele tem de ser votado imediatamente, porque senão acontece não sei o quê, eu não voto. Se na Câmara ele ficou oito meses, por que nós temos de votá-lo em três dias?

V. Ex.<sup>a</sup> levanta a dúvida, o que é correto: por que o Governo, se quisesse aprovar essa matéria, não a aprovou na PEC principal? Porque isso ele não faz. Voltar para a Câmara ele não deixa. Permitiu assumir essa posição, de que V. Ex.<sup>a</sup> tem o direito de desconfiar, de fazer uma PEC paralela. O Sr. Lula assumiu com o Presidente Paulo Paim o compromisso de que a PEC vai ser votada aqui. Ele tem o compromisso de

fazer votá-la lá na Câmara. Ele prefere isso ao trâmite natural, que seria emendar no Senado e voltar para a Câmara.

Eu acredito que ela será votada aqui e aprovada por unanimidade e eu acredito que a Câmara dos Deputados a votará.

Eu acrescento um item à argumentação de V. Ex.<sup>a</sup>, meu prezado Líder: os Deputados são competentes, lá não existe nenhum bobo. Quem era contra essa tese votou contra, ganhando a simpatia popular, mas se responsabilizando.... Os que votaram a favor do Governo votaram sabendo do desgaste, sofreram o desgaste de votar a favor dessa PEC. De repente vai aparecer uma tese lá, uma nova emenda, e lá não há responsável pelo que ela tem de ruim, além de faltar dispositivos que o Senado deveria ter incluído e não incluiu. É o que está aqui. Qual é o Deputado que vai votar contra? Vai votar contra sob que argumento? O Deputado do PT vai votar a favor e dizer que o Governo que se dane. Se aprovaram lá no Senado, nós vamos aprovar aqui. E o Deputado da Oposição, é claro, vai votar a favor.

Então, quem é que vai para as manchetes, enfrentar a opinião pública e dizer que as conquistas que estão na emenda paralela, que não são as ideais, mas são as possíveis e, como disseram os líderes sindicais, não é o que eles queriam, mas a situação vai melhorar... A maioria dos Deputados vai ficar contra? Deputado pode ser tudo, mas bobo não é.

**O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex.<sup>a</sup>** me permite?

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.**

**O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) –** Peço desculpas por interromper o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, mas imagino que essa PEC... Uma medida provisória nesse sentido entrará em vigor a partir da promulgação da Emenda nº 67, o que ocorrerá ainda este ano.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Claro.**

**O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) –** Então diria a V. Ex.<sup>a</sup> que, promulgada, e V. Ex.<sup>a</sup>, como eu, sabe muito bem que isso acontece no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – passei doze anos ali e, tendo o Professor Paulo Paim como meu comandante, aprendi muito sobre aquela Casa –, quando essa PEC chegar à Câmara o Governo vai esquecer de votá-la. Ela não tem prazo para ser votada!

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) –** Mas nós não vamos esquecer do Governo.

**O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) –** Mas não são os Deputados. Tenho convicção, como dois e dois

são quatro, de que os Deputados que votaram contra a matéria vão cobrar, mas o Governo tem a maioria dos votos, acima de três quintos. Nós não vamos chegar a esse entendimento. Concordo com tudo o que disse V. Ex.<sup>a</sup>, que é um homem de boa-fé.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Vamos fazer a seguinte aposta: eu virei a esta tribuna fazer mea-culpa, dizer que sou um ingênuo, que errei, que me fizeram de bobo, se essa matéria não for aprovada lá, e V. Ex.<sup>a</sup> virá a esta tribuna dizer que estava equivocado.

**O Sr. Efraim Morais (PFL – PB)** – Eu farei a mesma coisa, virei à tribuna elogiar o Governo se a matéria for votada, qualquer que seja a posição tomada. Conheço V. Ex.<sup>a</sup> e sei que prefere que eu use da tribuna.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Está feito o acordo. É melhor para o Brasil.

**O Sr. Efraim Morais (PFL – PB)** – V. Ex.<sup>a</sup> prefere que eu use da tribuna para elogiar o Governo, porque, se assim fizer, estaremos melhorando a situação do funcionário e do trabalhador. Então, chegamos a um entendimento, para mostrar que nesta Casa é conversando que se entende.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Sr. Presidente, estou me sentindo emocionado, por que hoje é sábado, são treze horas e estamos aqui reunidos. Fui a um jantar ontem e as pessoas, inclusive de outras mesas, vinham me perguntar se era verdade que trabalharíamos hoje e por quê. E eu dizia que era verdade, nós iríamos trabalhar. “Mas nunca trabalharam!” Mas vamos trabalhar. E vejo que não aconteceu nada de mais, Sr. Presidente. Houve número necessário, funcionamos normalmente, discutimos o projeto e não vejo escândalo nenhum.

Digo isso porque apresentei um projeto, pelo qual esta Casa funcionaria muitas vezes sábado e domingo. O meu projeto, que está na gaveta, diz que o Deputado e o Senador não têm direito a cinco passagens por mês, mas a uma passagem por mês, da capital para o seu Estado. Por quê? Porque ele só vai uma vez por mês. O Plenário do Senado se reúne lá pelo dia 26 ou dia 27 de um mês; a Mesa organiza a pauta do mês seguinte, mostra-nos a pauta, e nós a votamos. Fica previsto votarmos determinadas matérias, por exemplo, no mês de abril. Verificamos a agenda, o calendário do mês de abril, e vemos que há a Semana Santa, quando a Casa praticamente não funciona.

Então, organizaremos um calendário. De certa forma, escolheremos os dias em que estaremos em

Brasília. Estaremos aqui enquanto não for cumprida aquela pauta de votações daquele mês, todos os dias, inclusive sábados e domingos. Enquanto aquele calendário, votado no mês anterior para o mês seguinte, não for votado, estaremos aqui. Terminada a votação, o Senador vai para o seu Estado. Se terminou a votação no dia 20, ele fica dez dias; se terminou no dia 15, ele fica quinze dias; se terminou no dia 25, ele fica cinco dias; se não terminou, ele não vai.

O que acontece? Hoje, o Senador passa um terço da semana aqui no Senado, um terço no seu Estado e um terço nos aeroportos e nos aviões, em viagem. É absurdo, ilógico, de uma irracionalidade que não existe no mapa.

Estamos realizando uma sessão em um sábado, tranqüilo, sereno. Foi o Dr. Sarney – por quem tenho o maior respeito – quem colocou nossa televisão no ar, quem fez com que soubéssemos com antecedência a pauta de votação do início ao fim do mês. Antes, chegávamos nesta Casa sem ter a mínima idéia do que seria votado. Só os Líderes tinham conhecimento dessa pauta.

É interessante a proposta de nos reunirmos um período só, incluindo sábados e domingos, para, terminado esse período, podermos ir para as nossas residências. Disseram-me: “Mas no Brasil inteiro ninguém trabalha no sábado e no domingo. O que eles vão pensar do Congresso?”. Mal eles não vão falar, porque, na realidade, estamos fazendo a nossa parte.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, neste primeiro sábado da série de sábados e domingos em que vamos trabalhar. Talvez isso sirva de exemplo e demonstração do que podemos fazer no futuro.

Mais uma vez, Sr. Presidente, felicito V. Ex.<sup>a</sup>, que jogou muito nessa caminhada. Estive ao seu lado e colaborei no que foi possível. Mas V. Ex.<sup>a</sup> tinha em jogo toda a sua liderança. Ao longo da sua história, V. Ex.<sup>a</sup> defendeu os trabalhadores, às vezes quase radicalmente, rasgando a Constituição, trazendo os gêneros de primeira necessidade, colocando-os na mesa, derrubando. V. Ex.<sup>a</sup> tomou as atitudes mais radicais possíveis dentro da lei para defender os trabalhadores. Mas, de repente, um projeto, que não era o seu, que era bem diferente daquele pelo qual V. Ex.<sup>a</sup> foi eleito Senador da República, foi apresentado.

Se eu, que não tenho a responsabilidade de V. Ex.<sup>a</sup>, que não tenho a ligação com o mundo sindical que V. Ex.<sup>a</sup> tem, preocupe-me, imagino V. Ex.<sup>a</sup>, que ficou numa dupla circunstância! O caminho mais fácil era votar contra, fazer um discurso duro, radical, dizendo que não aceitava. Foi, aliás, o discurso que V.

Exª fez. Então, ameaçaram-no dizendo que V. Exª sairia do Partido e outras coisas, e V. Exª teve muita categoria ao dizer que não permitiria ao Partido sofrer o constrangimento de se reunir para o expulsar, que V. Exª sairia antes, no momento em que pedissem, mas que não abriria mão de suas convicções. Então, V. Exª disse: “Meu voto é contrário. Não abro mão de minhas convicções”.

V. Exª entrou com um caminho intermediário, mas deve concordar que podemos melhorar isso. Para mim também seria muito simples vir aqui e debater e votar contra, pois é uma barbaridade esse Governo ter ido para uma campanha, ter sido eleito com o voto popular – o Brasil confiou nele – e agora estar defendendo tudo contra o que lutou durante anos do Governo Fernando Henrique. Colocaram fotografias e painéis pelo Brasil inteiro mostrando os traidores que votaram contra. Contra o quê? Contra isso que agora estão defendendo.

O discurso de V. Exª seria um discurso fácil, como também o seria para mim. Mas a verdade é que V. Exª seguiu por um caminho, reuniu colegas seus e fez a intermediação com o Relator, que teve muita grandeza nesse sentido, porque colaborou desde o início. É importantíssima a presença dos Líderes de Oposição, porque eles ajudaram nesse sentido.

Quanto ao Governo, justiça seja feita, o Líder tem toda razão quando diz que o Governo não quer. É claro que ele não queria. O Governo forçou para não sair. É claro que forçou. Mas não vai forçar agora não porque não queira, mas porque agora ele não tem saída. Agora a matéria vai ser votada aqui, o Governo vai votar a favor – estava aqui o Líder Mercadante desde o início. Na Câmara, o Governo não terá outra saída: vai votar a favor.

Essa foi uma boa demonstração de que nem sempre conseguimos o que é ideal, mas conseguimos o que é possível. E por isso felicito V. Exª, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Muito obrigado pelas suas palavras, Senador Pedro Simon.

Ao encerrar os trabalhos, eu gostaria de dizer que, de fato, esta é uma sessão histórica. Dizia-me um assessor que alguns visitantes – e hoje passaram pelas galerias cerca de 500 pessoas – perguntaram: “Eles estão trabalhando no sábado?”. A assessoria respondeu: “Não só estão trabalhando hoje, como também trabalharão amanhã”.

Assim, quem passou por aqui hoje assistiu a uma sessão histórica. Houve uma sessão semelhan-

te a esta no dia 25 de dezembro de 1992, quando o Congresso Nacional trabalhou do Natal a 31 de dezembro daquele ano. Isso ocorreu na época do **impeachment** de Collor. Este momento não é de **impeachment**, mas a grandeza é a mesma. O Senado da República se reúne para garantir avanços para os trabalhadores da área pública mediante a reforma da previdência: paridade, transição, subteto e melhoria para os inativos.

Estiveram aqui hoje 25 Senadores. Desses, em torno de 17 usaram a palavra. E aqui quero elogiar os 81 Senadores, porque decidimos que haveria esta sessão na sexta-feira, praticamente ao meio-dia. Era preciso que houvesse quatro Senadores em plenário, e aqui estiveram 24. Os que aqui não estiveram já assumiram o compromisso de, no próximo fim de semana – quando entendo ser necessário haver sessão também –, estarem aqui, fazendo o rodízio, para permitir o quórum necessário para que a matéria possa ser votada.

Para não dizer que só houve sessão em dia especial na época do **impeachment** de Collor, lembra também a assessoria que votamos também o Código Civil da mesma forma, em novembro de 1997.

Então, esta é uma sessão especial. Por uma questão de justiça àqueles que não falaram, eu gostaria rapidamente de acrescentar que foram emocionantes para mim as palavras do Senador Pedro Simon. Vamos cumprir o calendário, Senador Pedro Simon, se Deus quiser! Falaram hoje os Senadores Rodolpho Tourinho, Edison Lobão, Aloizio Mercadante, Pedro Simon, Reginaldo Duarte, Patrícia Saboya Gomes, Efraim Morais, ainda presente, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Renan Calheiros, João Tenório, Eurípedes Camargo, Paulo Octávio, Eduardo Siqueira Campos, o Presidente José Sarney, João Capiberibe, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e este Senador que preside a sessão. Estes foram os que estiveram presentes, dos quais 18 usaram a palavra para fortalecer o momento.

Quero também esclarecer que a convocação feita pela Mesa, precisamente pelo Presidente José Sarney, assegurou a presença de todos, com custo zero. Não faltou ninguém de todo o corpo de funcionários da Casa convocado. Como os Senadores, eles excederam o número necessário.

Claro que é um momento bonito e para mim de um pouco de emoção.

Concluo dizendo parabéns ao Senado da República. Senador Efraim Morais, queira Deus que o Presidente João Paulo cumpra também a palavra assu-

mida com este Senador. Quando subi à tribuna, eu havia falado antes com o Presidente Lula, com os Presidentes João Paulo e José Sarney, e todos me haviam garantido que a PEC nº 77, que prevê paridade, transição, subteto e os direitos dos aposentados será aprovada.

Essa é a palavra empenhada por todos. Eu e V. Ex.<sup>a</sup> aprendemos na vida pública, pois fomos companheiros de longo tempo na Câmara dos Deputados, que palavra e acordo no Parlamento são uma questão de honra. E a nossa honra está em jogo se a PEC não for aprovada na Câmara dos Deputados.

Antes de encerrar, a Presidência defere, nos termos do Regimento Interno, a solicitação do Senador Efraim Morais para que conste os documentos nos Anais da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que terminou ontem o prazo, sem interposição de recurso, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2003-CN**, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.

O projeto vai à promulgação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência lembra às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que amanhã haverá sessão às dez horas.

Sobre a mesa, está a lista de inscrição para os Senadores que desejam falar amanhã. Já há diversos inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, cumprimentando o Senado, o Congresso e o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 23 minutos.)*

**(OS:20939/03)**

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	João Tenório
PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)  
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

\*\*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

## 1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

**TEMPORÁRIA**  
**(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)**  
**Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida ao PPS.

\*\*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO  
TEMPORÁRIA**

**(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida pelo PFL

\*\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA  
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)  
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
<b>PDT - PPS</b>	
João Batista Motta**	(vago)

\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

\*\*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO  
TEMPORÁRIA**

**(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**

**Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)**

**Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Shhessarenko
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes\* (PMDB-AP)**

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Ams	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou -se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\* Desfilou- se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

## 2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)**  
**Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. (vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

## 2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)**  
**Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes\*(PMDB-AP)**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)**  
**Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.  
Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Shessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta*	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 08.10.03.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO**

**(7 titulares e 7suplentes)  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati  
Vice-Presidente: Pedro Simon  
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
<b>PT</b>	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
<b>PSDB</b>	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
<b>OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)</b>	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: sscmccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Ams	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgíl io
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

\* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br) .

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)**

**Vice-Presidente: (vago)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	2. (vago)

\* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

\*\*\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**

**PERMANENTE**

**9 (nove) titulares**

**9 (nove) suplentes**

**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO**

**PERMANENTE**

**7 (sete) titulares**

**7 (sete) suplentes**

**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE**

**PERMANENTE**

**7 (sete) titulares**

**7 (sete) suplentes**

**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

## 5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS  
PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL –PB)  
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Efraim Morais	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.  
Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. (vago) 5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

**Presidente: Senador Marcelo Crivella**

**Vice-Presidente: Senador João Capiberibe**

**Relator: Senador Rodolpho Tourinho**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

**Presidente: Senador Jefferson Péres**

**Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA  
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)  
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Silhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br) .

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: (JOÃO ALBERTO SOUZA)<sup>13</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES<sup>2</sup>**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) <sup>10</sup>	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Eurípedes Camargo <sup>8</sup>	DF	2285	3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>9</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca <sup>7 e 14</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 03.12.2003)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Eleito na Sessão realizada no dia 03.12.2003 para a vaga de Titular, em substituição ao Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) que se desligou do Conselho em 8.5.2003.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

<sup>12</sup> Eleita na Sessão do SF de 18.9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** que renunciou ao cargo em 25.09.2003

<sup>14</sup> Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicação lida na Sessão do dia 01.10.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefone: 311-4561  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

**1ª Designação:** 16.11.1995

**2ª Designação:** 30.06.1999

**3ª Designação:** 27.06.2001

**4ª Designação:** 25.09.2003

**COMPOSIÇÃO**

<b>Senador Eurípedes Camargo<sup>1</sup></b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b>
<b>Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup></b>	<b>PFL</b>
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko <sup>4</sup>

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>4</sup>

PMDB
Senador Papaléo Paes <sup>8</sup>
PFL <sup>6</sup>
Senadora Roseana Sarney (MA) <sup>1</sup>
PT <sup>5</sup>
Senadora Serys Slhessarenko (MT) <sup>1</sup>
PSDB <sup>6</sup>
Senadora Lúcia Vânia (GO) <sup>1</sup>
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) <sup>3</sup>
PTB <sup>5</sup>
Senador Sérgio Zambiasi (RS) <sup>7-9</sup>
PSB <sup>5</sup>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) <sup>2</sup>
PL <sup>5</sup>
Senador Magno Malta (ES) <sup>1</sup>
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) <sup>1</sup>

Atualizada em 14.10.2003

#### Notas:

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

<sup>8</sup> Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

<sup>9</sup> Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Presidente nato**<sup>1</sup>: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Tião Viana (PT/AC)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE REDAÇÃO</u></b> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

**Nota:**

<sup>1</sup> De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) <sup>2</sup>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

<sup>2</sup> Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
Representação Brasileira

**COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)  
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

<b>Presidente: Deputado DR. ROSINHA</b>	<b>Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON</b>
<b>Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO</b>	<b>Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON</b>

MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup>	
<b>Senador EDUARDO SUPLICY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

**SENADORES**

TITULARES	SUPLENTES
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) <sup>(2)</sup></b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) <sup>(6)</sup>
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL <sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) <sup>(7)</sup>	Vago <sup>(8)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) <sup>(11)</sup>

**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) <sup>(5)</sup>	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) <sup>(10)</sup>	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) <sup>(10)</sup>
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) <sup>(9)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

**Notas:**

- <sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.  
<sup>(2)</sup> O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).  
<sup>(3)</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).  
<sup>(4)</sup> Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.  
<sup>(5)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.  
<sup>(6)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.  
<sup>(7)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.  
<sup>(8)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.  
<sup>(9)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.  
<sup>(10)</sup> Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.  
<sup>(11)</sup> Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil  
 Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154  
[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA**  
**(CCAI)**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC <sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador TIÃO VIANA (PT <sup>2</sup> - AC)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT <sup>2</sup> -SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

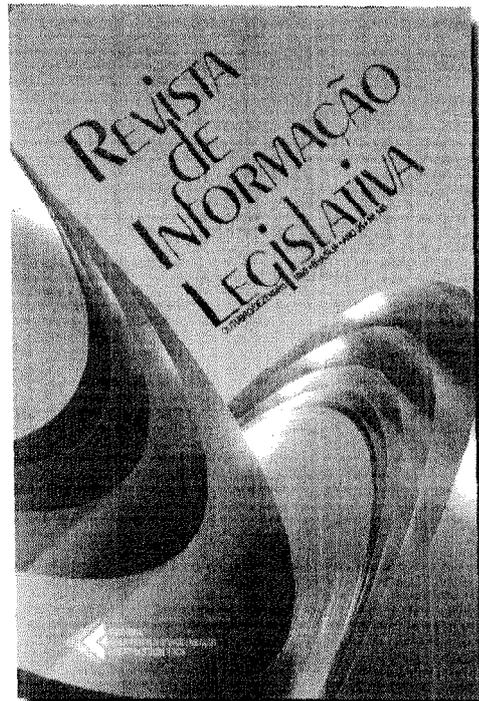
## Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**EDIÇÃO DE HOJE: 84 PÁGINAS**